



Universidades Lusíada

Universidade Lusíada de Lisboa, Centro de
Investigação em Território, Arquitectura e Design
Neves, Rodrigo Reis Ollero das, 1940-

Actas do 1º Seminário Internacional sobre Regeneração Urbana : Quinta da Mina e cidade sol : cidade para todos, como caso de estudo

<http://hdl.handle.net/11067/375>

Metadados

Data de Publicação	2013-09-30
Resumo	No âmbito do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal do Barreiro (CMB) de acordo com a Candidatura a fundos do QREN nas Parcerias para a Regeneração Urbana, o CITAD (Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design da Universidade Lusíada de Lisboa - da Fundação Minerva), assinou um Protocolo com o referido município com fim de proceder ao acompanhamento das diferentes acções do programa, através de uma intervenção que inclui a crítica e monitorização do projec...
Tipo	conferenceObject
Revisão de Pares	no
Coleções	[ILID-CITAD] Livros

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-23T21:44:45Z com
informação proveniente do Repositório



ATAS



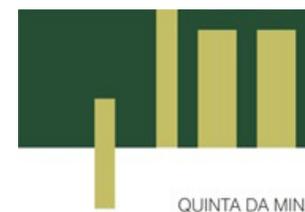
1

1º Seminário Internacional sobre Regeneração Urbana

QUINTA DA MINA E CIDADE SOL - CIDADE PARA TODOS, COMO CASO DE ESTUDO



Projeto de Investigação | Requalificação Urbana da Quinta da Mina e Cidade Sol como caso de estudo







ENQUADRAMENTO

No âmbito do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal do Barreiro (CMB) de acordo com a Candidatura a fundos do QREN nas Parcerias para a Regeneração Urbana, o CITAD[1] (Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design da Universidade Lusíada de Lisboa - da Fundação Minerva), assinou um Protocolo com o referido município com fim de proceder ao acompanhamento das diferentes acções do programa, através de uma intervenção que inclui a crítica e monitorização do projecto de regeneração urbana em curso.

O trabalho de acompanhamento deverá ser desenvolvido até ao fim de 2013 e será realizado pela equipa do Projecto de Investigação (PI) RegUrb QMCS que integra os técnicos superiores do município que têm vindo a acompanhar as acções previstas no Programa do Protocolo celebrado, bem como o CLISSIS.

O realojamento da Quinta da Mina foi desenvolvido com base no PER (Programa Especial de Realojamento). O trabalho do PI pretende caracterizar e avaliar estas políticas de realojamento - num contexto histórico e político - bem como o papel da população nestes núcleos urbanos problemáticos.

PALAVRAS-CHAVE

Regeneração Urbana; Habitação Social; Comunidade Cigana; Políticas e programas de enquadramento de operações similares.

OBJECTIVOS DO SEMINÁRIO

1. Reflectir sobre a problemática das políticas de habitação desde o 25 de Abril, sobretudo o PER e as Operações do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL).
2. Contribuir com reflexões sobre os projectos propostos no Concurso de Regeneração Urbana da Quinta da Mina e Cidade Sol.
3. Formular propostas da regeneração urbana de territórios com características idênticas.

[1] Este projecto veio entretanto a realizar uma parceria interna com o CLISSIS (Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social) dada a abrangência disciplinar do mesmo nesta área específica de investigação.



Inscrições e toda a informação disponível em
<http://www.iis.ulisiada.pt/1siru>



1º Seminário Internacional sobre Regeneração Urbana

Quinta da Mina e Cidade Sol - cidade para todos, como caso de estudo

27 de Setembro, 2012

Audifório I
 Universidade Lusíada de Lisboa

MANHÃ

09:30 – Recepção aos participantes

09:30 – Sessão de Abertura

Dr. Rector da Universidade Lusíada, Prof. Doutor Eng. Domingos Duarte
 Sr. Presidente da Câmara Municipal do Barcelos, Dr. Carlos Monteiro de Carvalho
 Representante do Instituto de Arquitetura, do Urbanismo e do Ordenamento do Território
 Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barcelos, Eng.º Sílvia Martins
 Sr. Presidente da Câmara Municipal do Barcelos, Dr.º Pedro Araújo
 Sr. Director de Políticas de Arquitectura e Urbanismo da IUL, Prof. Doutor Rodrigo Barilho
 Sr. Coordenador do CITAD, Prof. Doutor Eng.º Alberto Feres Pires
 Sr. Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, Prof. Doutor Armando Pires
 Sr.º Encarregado da Escola Superior de Tecnologia do Barcelos, Prof.ª Maria Célia Dias
 Coordenador do Projecto de Investigação Prof. Doutor Eng.º Paulo Olibos

10:15 – Pánel 1 | Políticas de Regeneração Urbana: Programas de Desenvolvimento e Investigação
 Moderador: Eng.º Sílvia Martins

As actuações políticas de Regeneração de tecido urbano existente
 Representação do Instituto de Arquitetura, do Urbanismo e do Ordenamento do Território
 Apresentação do projecto de investigação
 Prof. Doutor Eng.º Paulo Olibos – PI Regénio QUICS

O desenvolvimento do PI Regénio QUICS e o Programa de Acção da Câmara Municipal do Barcelos
 Mestre Eng.º Jesus Galvão – PI Regénio QUICS e Eng.º Maria Nuno, Director do Projecto Municipal para as Áreas Urbanas da CM
 A avaliação de impacto urbano
 Prof.º Doutora Eng.º Palmira Silva

O processo de Concepção para a Quinta da Mina e Cidade Sol
 Eng.º Paulo Olibos, IAPU – Arquitectos Paisagistas Associados

11:30 – Pausa para café

11:45 – Pánel 2 | Gestão de Habitat em contextos multifamiliares: o caso da Quinta da Mina e Cidade Sol
 Moderador: Prof.º Doutora Maria Antónia

As políticas de Habitação Social em Portugal

Mestre Eng.º Teresa Costa, Coordenadora do Serviço Social Multi-Plataforma e Mestre Paula Pereira – PI Regénio QUICS
 A problemática da comunidade cigana
 Prof. Doutor Fernando Casquilho – CIGANO, Dr.º António Tomás e Dr.º Célia Gaspar – Divisão de Habitação Social do IAPU
 Realização energética e eficiência energética de edifícios existentes
 Prof.º Doutora Eng.º Zita Sá – Escola Superior de Tecnologia do Barcelos, IAPU
 Apresentação de um filme que reúne informação recolhida em várias reuniões com os moradores e com o Conselho Participativo

TARDE

15:00 – Pánel 3 | Requalificação verde urbana de bairros urbanos
 Moderador: Prof. Doutor Eng.º Paulo Olibos

A Regeneração Urbana, também a floresta
 Prof.º Doutora Maria João Pereira – Sociologia, Investigação Urbana, LNAE
 A Reabilitação de bairros degradados
 Prof. Doutor Eng.º José Carlos Gomes – Universidade Lusíada de Lisboa

16:00 – Pausa para café

16:15 – Conferência de encerramento
 Moderador: Prof. Doutor Eng.º Paulo Olibos

The 23rdayer – Delivering effective tools for decision-making on urban regeneration
 Professor Stephen P. Carrivell – Head of the Design Directorate School of the Built Environment University of Salford



A presença neste Seminário confere 1 crédito/sessão perfazendo um total de 2 créditos nas temáticas opcionais da Ordem dos Arquitectos

Realização: Instituto de Estudos e Formação em Arquitetura, Urbanismo e Território
 Rua da Lusitânia 138 - 1900-027 Lisboa - Tel: +351 21 211 00 00 Fax: +351 21 211 00 30 - Email: iis@iis.ulisiada.pt - Cite: iis@iis.ulisiada.pt

Câmara Municipal do Barcelos
 Praça de Comércio 1, 4800-020 Barcelos - Tel: +351 21 211 00 00 - Fax: +351 21 211 00 01 - Email: pm@cm-barcelos.pt - Cite: iis@iis.ulisiada.pt

Sessão de Abertura



Horácio Bonifácio, Prof. Doutor

Diretor da Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa

“Muito bom dia a todos. Queria desde já, em primeiro lugar, agradecer a presença dos nossos colaboradores neste Seminário; do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Barreiro Carlos Humberto de Carvalho; da Sr.^a Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro Sofia Martins, e da Sr.^a Vereadora Regina Janeiro e naturalmente as pessoas “da casa”: O Sr. Professor Rodrigo Ollero que coordena o projecto de investigação e o Sr. Professor Reaes Pinto que é Director do CITAD – um centro de Investigação onde este grupo está a trabalhar.

Queria dizer-vos também de seguida que, por razões de agenda, quer o Sr. Representante do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território quer o Dr. Reitor das Universidades Lusíada, Professor Diamantino Durão, não podem estar presentes. Por esse motivo estou aqui, dando as boas vindas a todos em nome da Universidade Lusíada e também em nome da Faculdade de Arquitectura e Artes que em última análise acolhe este centro de investigação e este projecto.

Eu queria apenas dizer duas coisas muito simples. Em primeiro lugar que estes projectos nos dias que correm têm o máximo interesse para todos por duas razões: primeiro porque é extremamente útil que esta colaboração que se estabeleceu já há algum tempo entre uma autarquia e a universidade. As universidades são naturalmente locais onde se faz “academia”, digamos assim, mas têm que estar cada vez mais abertas para o mundo exterior e nós aqui fazemos o possível para que isso aconteça e penso que esta colaboração é extremamente útil para todos e naturalmente para a Universidade.

Finalmente queria dizer que este tema é um tema de enormíssimo interesse; é um tema que está, mais do que nunca, na ordem do dia. A arquitectura hoje já não é aquilo que tem sido nas últimas décadas – nem pode continuar a ser – a arquitectura, e nos aqui na Universidade estamos preocupados com essa matéria e estamos a fazer um esforço para que os nossos alunos possam sair desta casa bem formados, como sempre saíram – isso não tenho dúvidas nenhuma em o dizer – mas cada vez mais aptos a enfrentarem

as dificuldades que vão encontrar lá fora e uma dessas aptidões é a preocupação com este tema, por exemplo, a Regeneração Urbana, que é um tema fundamental. Muito mais importante do que a velha arquitectura/objecto. Estes é que devem ser os nossos problemas.

As nossas cidades não estão bem: estão cheias de problemas a todos os níveis, e não apenas ao nível da arquitectura, do ordenamento, problemas sociais e claro, problemas económicos... que também fazem parte desta questão e que penso que aqui têm sido abordados nesta investigação. A cidade é um mundo, a cidade é tudo e a cidade tem tudo! Está lá tudo dentro e por isso deve ser um motivo fundamental da nossa preocupação. Neste momento nós precisamos em Portugal de muito pouca arquitectura feita de raiz como se fazia há 20 ou 30 anos: grandes planos urbanísticos, grandes urbanizações... hoje precisamos é disto, precisamente: Regeneração urbana. Precisamos de por as nossas as nossas cidades regeneradas. Que se possam reutilizar de outra forma.

Enfim, eu não queria avançar muito sobre isto, porque penso que isto é um dos temas que vão tratar, com certeza, aqui.

Espero que este Seminário decorra bem, desejo-vos a todos as maiores felicidades para o vosso trabalho e espero que daqui saiam – e sairão com certeza – mais algum avanço para estas matérias.

Queria ainda terminar destacando que o CLISSIS, que é um Centro de Investigação em Ciências Sociais, também está presente nesta iniciativa, e deste modo cumprimento a Professora Marina Antunes, que é a Presidente do Instituto de Ciências Sociais, que está aqui presente connosco.

Muito obrigado a todos e bom trabalho.

Agradeço o convite, a colaboração, o esforço conjunto que temos feito com várias entidades para construirmos uma solução, como aqui foi dita, de regeneração urbana para a Quinta da Mina e Cidade Sol – Cidade para todos, e já explicarei até a razão do “cidade para todos” – mas dizia eu, queria saudar a cooperação que temos feito a propósito desta iniciativa, porque tem sido uma acção muito construída de baixo para cima, naturalmente com a particular colaboração com a Universidade Lusíada, que tem-nos dado uma colaboração muito estreita e que tem acompanhado connosco várias acções e iniciativas: aqueles debates às vezes, muito interessantes, mas muito duros com a população, mas muitíssimos interessantes e que nos fazem lembrar até outros tempos – bom tempos – em que as pessoas estavam mais sensíveis para a participação, para a reivindicação, mas também para a construção, e ali vivemos momentos muito interessantes deste ponto de vista, com as contradições naturais de uma sociedade e que já explicarei, mas queria dizer também que além das instituições locais: a Junta de Freguesia, com o Sr. Presidente que está aqui presente e que saúdo; a Rumo que é parceira também nesta acção; a Universidade Lusíada como já referi; os representantes da CCDR que connosco acompanham ao nível do financiamento comunitário; os serviços da Câmara Municipal; a comunidade escolar ali da zona; um vasto conjunto de entidades, etc.

A Cidade Sol – que a maioria de vós não conhecerá – é um bairro de uma freguesia periférica, se podemos chamar periférica porque o Barreiro é um concelho muito pequenino 38 Km², e por isso praticamente, não há periferias. É hoje periurbana, digamos assim, não a Cidade Sol, mas a freguesia, a Cidade Sol é uma zona urbana. Um bairro que considero que está muito bem do ponto de vista da concepção, da ocupação do território, bem construído ruas largas, avenidas, espaços verdes à época dos anos 70 – começou antes do 25 de Abril e terminou pós – 25 de Abril – é um bairro do meu ponto de vista, do ponto de vista da concepção arquitectónica, da ocupação do território, muito interessante. Em que se foram construindo

Carlos Humberto de Carvalho

Presidente da Câmara Municipal do Barreiro



equipamentos, por exemplo o Pavilhão desportivo do Barreiro está lá localizado, uma escola do 1º ciclo do ensino básico, uma escola secundária, um pequeno centro comercial de apoio à comunidade, vai ser construído – já foi adjudicado – um Centro de Saúde para uma determinada zona do concelho que é a freguesia de Santo António e outras freguesias ali da zona, mas que entretanto no âmbito do PER (Programa Especial de Realojamento) que era um projecto para acabar com as barracas. Importa referir que isto tudo é datado e por isso é preciso enquadrar no contexto, foi decidido fazer ali um conjunto de edifícios para o realojamento de pessoas do PER. Uma parte significativa de etnia cigana, mas pessoas com hábitos de vida, de vivências completamente diferentes. Aquilo era um bairro, como digo com uma vivência muito própria e é um bairro onde fundamentalmente as pessoas viviam, mas iam trabalhar fora, para o concelho do Barreiro, para concelhos limítrofes e muito para Lisboa, e foi um choque quando foi colocado ali aquele conjunto de pessoas com hábitos de vida distintos, com alguma conflituosidade. Nós quando assumimos a presidência, há cerca, de 7 anos decidimos uma coisa: primeiro assumimos conscientemente que este era um problema extraordinariamente difícil de resolver, do ponto de vista social, dos hábitos de vida, dos contextos de vivência, mas também do ponto de vista do edificado, mas o mais complexo é dos pontos de vista dos hábitos de vida, porque mudar a nossa cabeça e os nossos hábitos é uma coisa sempre muito complexa, muito exigente e que demora muito tempo. Mas também do ponto de vista do urbano e do ponto de vista do edificado, porque entretanto as casas foram-se degradando muito, muito, muito, muito! Os edifícios encontram-se, de facto, muito degradados. E nós concluímos uma coisa: as dificuldades são estas, mas assumimos entre nós uma decisão que eu acho que temos que terminar tudo o que temos feito. Isto é difícil mas é nosso: é uma situação difícil, mas nós temos que a vencer. E pode demorar 20 anos, mas nos temos que fazer o trabalho. Temos que trabalhar no sentido de resolver o problema. Não desistiremos. E tem sido isto. Temos ultrapassado uma dificuldade,

vem outra, mas depois durante o debate se aprofundará estas questões. E no actual quadro comunitário de apoio do QREN, nós decidimos fazer uma candidatura para resolver um dos problemas, que era o problema do ponto de vista do território, da requalificação urbana do território. Mas para nós faltavam-nos duas vertentes que são as pessoas e que era o edificado. E então, no fundo o que nos achávamos é que devia de haver um programa que tratasse destas três questões: do território, do edificado e das pessoas. E isso é que nos parece do ponto de vista conceptual o mais correcto. Como não tínhamos essa oportunidade, como digo, trabalhámos em três direcções. Uma direcção foi aproveitar a Candidatura a fundos comunitários e procurar resolver os problemas de carácter do território, de melhorar as condições de vida no espaço público, permitir que o espaço público facilitasse a construção da cidade para todos – e esse é o objectivo central da candidatura – é construir a cidade para todos, cada um com a sua diversidade, com os seus hábitos de vida e naturalmente com a inserção dos outros com as vivências dos outros e vão se adaptando os hábitos uns aos outros e criando novos hábitos que deixam de ser de cada uma das comunidades e passam a ser comuns; uma segunda linha era a aposta naquilo que nós consideramos determinante nas pessoas, e fizemos um contrato local de desenvolvimento social (CLDS), com várias parcerias, que está a decorrer, com inéxitos e com êxitos; com coisas muito más e coisas óptimas, com coisas tão más que foram um problema para o desenvolvimento, e que no fundamental foram ultrapassadas – que hoje estão ultrapassadas – mas eu acho que é um até isso é uma reflexão muito interessante porque nos não podemos desligar as questões do urbanismo, da regeneração, daquilo que é central que são os cidadãos e portanto o que deve determinar todas as nossas acções são as pessoas. Agente não precisa de umas cidades bonitas se não for para viverem pessoas, precisamos é de cidades onde as pessoas possam viver, possam usufruir, por isso, dizia eu, este é o objectivo, e uma terceira vertente que nós até agora, apesar de várias candidaturas não conseguimos, que era o edificado. Neste momento o

edificado está muitíssimo degradado: precisávamos de intervir no edificado. Temos feito esforços para várias candidaturas nesse sentido e até agora não conseguimos nenhuma, e nós não temos meios financeiros para só por nós próprios resolvermos o problema daqueles edifícios.

Para concluir eram estas as questões que vos queria apresentar, do ponto de vista estratégico, do ponto de vista da orientação e vou dizer o seguinte de forma sucinta antes de terminar a minha intervenção: primeiro: não desistir! Ou melhor, primeiro: nós trabalhamos para resolver o problema das pessoas que ali vivem e essa é a questão central, absoluta, que secundariza todas as outras. Segundo aspecto que nós consideramos muito importante é que é uma batalha difícil, mas não podemos desistir e terceiro é esta ideia temos que apostar e fazer esforços de ajudar as pessoas, fazer um esforço para a renovação do território, a renovação urbana e depois o edificado, claro, ou se quiserem, tudo ao mesmo tempo, que era aquilo que nós defendíamos.

Portanto eram estas as ideias que queria partilhar. Queira agradecer muito sentidamente, mas mais do que sentidamente, do que do ponto de vista do racional, agradecer muito a cooperação, a colaboração que nós temos tido das várias entidades que connosco têm colaborado. Não era possível darmos os passos que demos sem a colaboração destas várias entidades, mesmo elementos que muitas vezes pensaram – e todos nós temos esses momentos – que podia não valer a pena. Mas depois há sempre uma palavra de uma entidade que diz “vale, vale! Vamos para a frente!”

E portanto tem sido este um percurso difícil, mas cheio de dificuldades, mas que eu acho que, tal como o nosso povo se não cruzar os braços há-de atingir, nos também alcançaremos os resultados positivos. Muito obrigado!

É um bocado difícil porque eu acho que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Barreiro foi excelente, tratou aqui de uma série de pontos fundamentais.

Muito resumido porque há pouco tempo, queria em primeiro lugar cumprimentar e dar as boas vindas aos membros da mesa e à assistência. Depois dizer o seguinte: considero este seminário muito importante, pelo tema e porque é um caso de estudo. E porque este seminário está inserido num trabalho de grupo que me parece também exemplar, pelo caso de estudo que envolve uma pareceria entre uma Câmara Municipal com as universidades, neste caso com a Universidade Lusíada, nomeadamente com os centros de investigação, em particular com o nosso centro de investigação do CITAD – Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design – também com o CLISSIS que é um centro de investigação em Serviço Social e Intervenção Social – e cumprimento em particular a Professora Marina Antunes que polariza este centro, com a intervenção de empresas de todos os agentes locais e das pessoas interessadas. Isto é um tema importante porque é chamar a atenção para um período de crise, nos estamos num período de crise dramático, que nos está a travar e que nos vai retroceder, principalmente uma intervenção no sentido, no fundo da melhoria das condições da sociedade em que vivemos. Há falta de dinheiro – toda a gente diz que há falta de dinheiro – claro que há falta de dinheiro para a reabilitação urbana, mas como diz o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Barreiro há possibilidade de ir buscar dinheiro a fundos comunitários, etc., portanto de haver financiamento para questões fundamentais como o da reabilitação. Estamos, como referi, a passar um período de crise, mas também há uma janela de oportunidades visto que esta crise, este retrocesso, vai-nos levar realmente a uma degradação ambiental, e esta degradação ambiental, pela acção das pessoas, conduz à degradação económica. Por outro lado é uma nova janela de oportunidades porque dá-nos a oportunidade de reflectir sobre aquilo que nós queremos: que cidades é que pretendemos; que edifícios e que tipo de edifícios; que arquitectura pretendemos sendo certo que,

Alberto Reaes Pinto, Prof. Doutor Arqt.

Coordenador do CITAD - Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design

este período, esta arquitectura e estas cidade que nós fizemos – como disse o Senhor Professor Horácio Bonifácio e muito bem – não se vai repetir. Há uma mudança e a sociedade tem que se adaptar à mudança. Portanto é uma janela de oportunidades para pensarmos aquilo que nós vamos fazer, e um dos caminhos, como disse o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, é este.

Depois dizer que este tema é fundamental. O tema da revitalização urbana, e diria eu, antes disso, da revitalização sustentável. Passa realmente pela valorização das vertentes económicas, ambientais e sociais. Isto é: o objectivo é melhorar a condição de vida das pessoas para que se faça uma revitalização urbana que passa pela revitalização do espaço urbano, pela revitalização dos edifícios e passa pela revitalização dos solos. As dificuldades são muitas e ainda ontem estive num encontro na Ordem dos Arquitectos sobre o imobiliário e a Europa, que é um tema que não faz sentido, ou melhor, que até agora não tem feito sentido, porque nós estivemos sempre desligados da Europa. Enquanto a Europa fez uma reabilitação já na Carta de Amesterdão em 1975 preconizada por cada fogo novo pelo menos fizesse a revitalização de um fogo existente, nós – e já na década de 90 países da Europa faziam 40 ou 50% de reabilitação, nós neste momento não fazemos a fazer a reabilitação de 7%. E temos assim um problema fundamental que é um património construído degradado. Nós temos 15% da totalidade – 800 mil fogos – que precisam de recuperação e temos 325 mil fogos – cerca de 6% do total – degradados, próximo alguns do patamar zero abaixo do qual se procede a demolição, com todos os inconvenientes.

Portanto o tema da revitalização dos edifícios é muito importante porque o crescimento de fogos novos – a média europeia é de 33% – a Europa resolveu os grandes problemas sociais a seguir à 2ª guerra mundial pela necessidade de reconstruir cidades destruídas pelos bombardeamentos, pela explosão demográfica, pela grande concentração industrial, milhares de fogos de défices de carências foi aplicado o Plano Marshall, um programa fundamental de financiamento para a construção e que afectou

qualquer coisa como 5% do seu PIB ao colmatar dos défices. E estes défices foram resolvidos em 20 e tal anos. Nós tivemos défices estruturais de 500 mil fogos e défices dinâmicos – aqueles que resultam de casamentos e divórcios – de 700 mil fogos. Tivemos desde meados da década de 60 até meados da década de 90, e foi com dinheiro barato que nós resolvemos os nossos défices, porque até tínhamos especulado sobre o ponto de vista fundiário e imobiliário – procura é muito maior que a oferta – e não nos serviu de nada o exemplo da resolução dos grandes défices como fizeram os países do centro da Europa depois da guerra, e também não aprendemos com uma informação que foi dada já há cerca de 15 anos, isto é, o crescimento de fogos novos na Europa seria, para as próximas décadas, entre 1 a 2%. Isto não serviu de nada: nós com o dinheiro barato continuamos, até ao fim da década de 90 do século passado, a construir maciçamente, pela facilidade na obtenção do dinheiro, e assim ficavam milhares de fogos por vender quando entrámos na crise global. A crise, como sabem, começou por ser uma crise imobiliária nos Estados Unidos – financeira e económica – e também não nos serviu de lição. Em vez de desviarmos essas verbas para fazermos a reabilitação de edifícios, do nosso património degradado, nós estamos a transmitir as nossas falhas, as nossas incapacidades em resolver os nossos problemas para as gerações vindouras.

Muito mais haveria a dizer, mas o tempo é curto, agradeço o vosso trabalho e a vossa presença, desejo que realmente tudo corra o melhor possível.



Apresentação do Projeto de Investigação



Rodrigo Ollero, Prof. Doutor Arqt.

Coordenador do Projeto de Investigação “Requalificação Urbana da Quinta da Mina e Cidade Sol, como caso de estudo”

Este Projecto de Investigação, como já foi explicitado na divulgação do evento, decorre de um protocolo existente entre a Câmara Municipal do Barreiro e a Universidade Lusíada / CITAD sob a responsabilidade da equipa RegUrb – QMSol, por nós coordenada, tendo em vista uma abordagem académica do Projecto de Regeneração Urbana, referente à candidatura vencedora que a autarquia apresentou no âmbito do Programa QREN – Parcerias para a regeneração Urbana.

Parece-nos no entanto importante sublinhar que este PI, surge na continuidade de outro protocolo já existente com esta autarquia e que foi realizado no âmbito do PI-“O Estuário do Tejo e as suas Áreas Ribeirinhas – Estratégias para a sua sustentabilidade”, projecto este que tem vindo a proporcionar o estabelecimento de uma relação frutuosa, na troca de experiências e de conhecimentos, entre as duas entidades nos domínios disciplinares em que a investigação se enquadra.

Entretanto, tendo nós tomado conhecimento mais pormenorizado da candidatura acima referida pelas circunstâncias mencionadas, que contemplava um projecto de regeneração urbana e da dinâmica que o seu programa compreendia, que as duas entidades subscritoras do 1º Protocolo entenderam, também neste caso, que seria uma mais-valia para esta intervenção que o CITAD acompanhasse o desenvolvimento da mesma tomando-o como caso de estudo, mais-valia esta entretanto acrescida com a participação do Grupo de Estudos Urbanos e de Intervenção Territorial do CLISSIS.

(Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social).

Além disso, a circunstância desta investigação se poder vir a realizar com a presença directa da equipa de investigação, praticamente desde os primeiros momentos da concretização do processo de regeneração, constituirá uma singularidade na metodologia de casos de estudo que, na generalidade, são efectuados sobre parcelas da cidade cujas intervenções já se encontram encerradas.

Acresce a esta circunstância que o facto da equipa poder também vir simultaneamente a exercer uma acção de observador no decorrer do trabalho, emitindo pareceres sobre as diferentes acções previstas que, uma vez apreciados e aceites pela Câmara, poderão vir a incorporar-se no processo em curso e contribuir também, desta maneira, para a sua optimização.

Devemos ainda a sublinhar outro aspecto – aspecto este já experimentada no projecto de investigação anteriormente referido – que se traduz no facto dos quadros técnicos da autarquia, mais directamente ligados à candidatura, virem a participar de forma directa na própria equipa de investigação. Isto, sem prejuízo da responsabilidade, das tarefas e metas definidas e contratualizadas no protocolo estabelecido para o efeito.

Antes da exposição da estrutura e a metodologia delineada para o projecto de investigação enquanto caso de estudo, parece-nos pertinente falar um pouco sobre o conceito de regeneração urbana. De facto, a própria palavra regeneração, usada frequentemente nos campos da medicina e biologia celular, significa “... a capacidade dos tecidos, dos órgãos, ou mesmo dos organismos, de se renovarem ou ainda de se recompor após consideráveis danos físicos sofridos ...devendo essa capacidade ... à aptidão das células não atingidas de se multiplicarem... afim de regenerem a parte danificada.” Portanto, regenerar, do infinito latino REGENERARE, vem também corroborar o significado do que se acabou de mencionar nos campos acima indicados, isto é, tornar a gerar, restaurar. Assim, esta expressão acabou também por ser “transportada”, por efeito semântico, para o domínio da cidade e do seu espaço urbano, face ao entendimento que se tem desta como organismo vivo.

ROBERTS, Pel & SKYES, H, no seu Urban Regeneration – Handbook, definem este tipo de intervenção “... como uma visão e uma acção abrangente e integrada que conduza à resolução dos problemas urbanos onde se procura provocar melhorias nas condições físicas, sociais e ambientais da área intervencionada.”. Portanto, trata-se de um tipo de intervenção que se faz num território urbano “consolidado” – este consolidado entre aspas – que pode ou não ser objecto de maior ou menor renovação, face a eventuais novos usos que venham a ser considerados.

Significa isto ser indispensável neste tipo de intervenções reunir o conhecimento das vertentes disciplinares mais adequadas à leitura da área urbana sobre o qual se vai actuar. Isto é, conseguir ter o entendimento das características globais e específicas do processo holístico que aí se vai materializar, tendo em vista, não só uma leitura sistémica do tecido urbano em causa, mas também das políticas

que delinearam aquela regeneração e vieram a definir, quer a sua matriz programática, quer as acções e formas previstas para a sua execução.

Por todas estas razões, a regeneração urbana é dificilmente tipificável, embora se possam estabelecer modelos genéricos, em termos analógicos, nomeadamente através dos agentes que aí intervêm e dos actores locais que são alvo do desiderato da operação. Não obstante, dever-se-á considerar que o próprio conceito de regeneração urbana será sempre o elemento base para ajudar a estabelecer objectivos consequentes para as diferentes áreas da cidade onde se vai intervir e da percepção dos modelos que vão marcar a sua execução.

No plano histórico, cremos poder evocar dois modelos que serão por nós utilizados para. O primeiro foi desenvolvido em Inglaterra, nos anos 80, por governos liderados por Margaret Thatcher, e destinavam-se a recuperar para a cidade determinadas áreas, partindo para o efeito da criação de parcerias privadas que asseguravam o investimento destas intervenções. Isto é, tratava-se de uma operação que procurava a sua reabilitação através de uma dinâmica imobiliária em que a componente social estava menos presente. Era, portanto, uma forma de refazer a cidade com base numa política de recuperação dos espaços urbanos desqualificados, tendo como suporte uma dinâmica quase exclusivamente assente numa perspectiva mercantilista da gestão do seu solo.

O segundo modelo surge também em Inglaterra no final do séc. XX, mais precisamente em 1999, de algum modo com um sinal oposto ao anterior, a partir de um governo trabalhista que olha para estas questões urbanas com outra perspectiva, tendo encarregue o Arquitecto Richard Rogers de liderar o processo.

Este veio a elaborar uma espécie de manifesto “Towards an Urban Renaissance”, em que a cidade é vista como um organismo que deve atingir a sua optimização através de uma certa compactação, de maneira a que a sua sustentabilidade, coesão social e competitividade se equilibrem no complexo sistémico que esta constitui, contrapondo-se também à expansão da mesma para os “greenfields” (VILARES, Elisa). Nesta perspectiva, a cidade tinha que se reorganizar por dentro, sem que as intervenções relacionadas

com a criação de habitação e /ou da alteração de usos que se viesse a fazer, levasse à sua expansão para o exterior do território que já ocupava.

Esta visão de regeneração já tinha tido realizações pioneiras em Portugal na segunda metade do séc. XX, depois do 25 de Abril, embora os seus contornos fossem sobretudo direccionados para a resolução dos problemas habitacionais dos bairros degradados.

O despacho assinado por Nuno Portas, então Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo, do Ministério da Administração Interna, que foi o responsável por esta medida, especificava que “... o Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL ... (foi criado) para através das Câmaras Municipais, apoiar as iniciativas das populações mal alojadas, no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os recursos latentes e, eventualmente, monetários.” E, mais adiante clarifica ainda mais o objectivo traçado: “ Recorde-se que a principal justificação desta política está na apropriação de locais valiosos pelas camadas populares nele radicadas sob forma marginal.” Nesta conformidade, o apoio criado pelas câmaras para o efeito deveria ter uma abrangência que incluiria, não só os aspectos fundiários, de projecto, de assistência às obras, mas também de apoio à gestão e assistência social dos bairros (Diário do Governo, 3 de Agosto de 1974 – 1ª Série).

Posteriormente, neste mesmo domínio vieram a ser criados em Portugal vários programas de intervenção que também se identificam com o conceito de regeneração urbana, ainda que com especificidades próprias, do qual se destaca o RECRUA (Regime Especial de Recuperação de Imóveis Degradados (D.L. nº 4/88 de 14 de Janeiro, sendo na altura primeiro ministro Cavaco Silva), que foi o instrumento fundamentalmente utilizado pelas Câmaras, na requalificação das áreas consolidadas e degradadas da cidade, nomeadamente a de Lisboa na reabilitação dos Bairros Históricos. Nestes bairros, a DMRU - Direcção Municipal de Reabilitação Urbana -desenvolveu um modelo com base neste programa que se veio a chamar de “Reabilitação Integrada”, em que era dada, entre outros aspectos, especial atenção à componente social.

Na realidade, este tipo de intervenção na reabilitação do edificado degradado e do espaço urbano envol-





Projeto de Investigação | Requalificação Urbana da Quinta da Mina e Cidade Sol, como caso de estudo

vente nas áreas históricas da cidade de Lisboa, tinha como linha estruturante a manutenção da população dos bairros intervencionados - não dando assim hipótese ao chamado fenómeno da “gentrification”, como aconteceu noutros países, por exemplo, no caso do Bairro “Goute d’Or”, em Paris - tendo sido criado para efeito gabinetes pluridisciplinares para enquadrarem as intervenções, em que as obras de reabilitação eram apoiadas com uma percentagem a fundo perdido.

Outras realizações tiveram lugar em diferentes cidades europeias com base no conceito de regeneração urbana, seguindo mais ou menos os modelos que primeiramente mencionámos, como por exemplo, em Roterdão, em Bruxelas e em Dublin, cujas particularidades não cabem aqui desenvolver por falta de espaço. Todavia, não podemos deixar de se acentuar que as diferenças fundamentais se verificaram no maior ou no menor uso das dinâmicas imobiliárias e nos agentes que as protagonizavam, em contra ponto com o espaço dado à componente social, tendo em vista o objectivo de alcançar a melhoria da qualidade de vida urbana nestas áreas, tanto no edificado e na respectiva envolvente, como na coesão social dos locais onde aconteceram.

A estrutura de desenvolvimento deste Caso de Estudo da Regeneração Urbana da Q.ta da Mina / Cidade Sol, foi por nós concebida a partir dos três eixos que fundamentaram a candidatura feita pela autarquia, isto é: Eixo1 - Coesão Social e Qualificação da População, Eixo 2 - Qualificação do Território e Eixo 3 - Dinamização Económica.

Este enquadramento, por si, representava já uma visão integrada desta operação e em grande parte respondia também à análise SWOT feita a quando da candidatura, no sentido de contextualizar as linhas estratégicas traçadas.

Por outro lado, embora a abordagem desenhada tenha estes referenciais, procurou-se simultaneamente

integrar as diferentes áreas disciplinares que aqui intervêm, por matérias, por níveis de resposta e ainda de acordo com os vários actores envolvidos – população nos seus distintos estratos e parceiros sociais – bem como as singularidades atrás referidas – a nossa qualidade de observadores, a possibilidade de podermos ser interactivos no decurso das acções previstas e a grande proximidade com os quadros e com o executivo municipal.

Por último e fazendo parte integrante do projecto de investigação foi escolhido como contraponto outro caso estudo, o Bairro Hammarby Sjostad, em Estocolmo que, independentemente da sua dimensão - (1995/2015, 11 000 und.s res., 25 000 hab.s /65 000 postos de trab.)- é hoje considerado como uma referência europeia de qualidade no domínio da regeneração urbana. Esta escolha poderá, porventura, ajudar também a dar a verdadeira dimensão, em termos qualitativos da Regeneração que se pretende para a Qt^ada Mina/ Cidade Sol.

Seguir-se a apresentação da estrutura do projecto pela Mestra Arquitecta Joana Leitão, em paralelo com a exposição dos três eixos de acção que consubstanciaram a candidatura ao QREN pela CM do Barreiro que será pela feita pelo Arquitecto Mário Nunes.

1- A Análise SWOT é um sistema simples para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa no ambiente em questão. A técnica é creditada a Albert Humphrey, que liderou um projeto de pesquisa na Universidade de Stanford nas décadas de 1960 e 1970...O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

Estrutura do PI



Joana Leitão, Mestre Arqt.^a

Projeto de Investigação “Requalificação Urbana da Quinta da Mina e Cidade Sol, como caso de estudo”

Iremos fazer de seguida a apresentação da Estrutura do “Projecto de Investigação Requalificação urbana da Quinta da Mina e Cidade Sol como caso de estudo”, que como foi já referido pelo Sr. Professor Doutor Arqt. Rodrigo Ollero, está a ser desenvolvido em estreita pareceria entre o CITAD, o CLISSIS e a Câmara Municipal do Barreiro.

Importa referir que a estrutura deste Projecto de Investigação é para ser desenvolvida em 2 anos e meio - tendo este período de tempo tido início em 2011 e prevendo-se a sua concretização no fim do próximo ano. Convém ainda mencionar que alguns dos pontos hoje apresentados contêm questões ainda não concluídas.

A estrutura do nosso projecto de investigação encontra-se definida em 7 pontos principais.

PONTO 1 | COMPONENTE ARQUITECTÓNICA E URBANA

No primeiro ponto vemos abordada a Componente Arquitectónica e Urbana, que tem início com a breve história do conceito de Regeneração Urbana. Conceito este, já referido na apresentação anterior que julgamos que define e caracteriza de um modo muito claro.

O item “O Projecto da Quinta da Mina e Cidade Sol no contexto concelhio” tem início com o estudo dos Antecedentes do bairro e da Candidatura.

Particularizando rapidamente o ponto 1.2.1. Antecedentes. Neste ponto pode-se resumir o seguinte:

A Cidade Sol foi construída nos anos 70; em 1998 a CMB adquire no âmbito do Programa Especial de Realojamento os 119 fogos que constituem o bairro da Quinta da Mina; no ano 2000 é inaugurado o Parque Urbano da Quinta da Mina e em 2006 a Câmara Municipal do Barreiro faz um estudo aprofundado e detalhado sobre a situação dos bairros, o que desencadeou algumas intervenções.

A Candidatura “Parcerias para a Regeneração Urbana” é submetida em Maio de 2009 e aprovada em

Agosto, para um período de elaboração de 3 anos – entre 2009 e 2012. Evidenciamos duas acções previstas nesta candidatura: o lançamento do Concurso de Concepção para Requalificação Urbana e a criação de um Conselho Participativo – que reúne todos os parceiros deste projecto, bem como moradores, comerciantes, comunidade educativa...

Em Maio de 2011 foram selecionados os 3 primeiros classificados do Concurso (de um total de 9 propostas apresentadas), que foram a discussão com o município, ajustando as questões que estariam menos bem resolvidas. E em Setembro ficou decidido que o 2º classificado passaria para 1º, tendo assim ganho o concurso o Atelier NPK, Arquitectos Paisagistas Associados.

A 14 de Junho de 2011 é assinado o Protocolo de colaboração entre a CMB e a Fundação Minerva que enquadra o presente projecto de investigação, bem como um protocolo entre a CMB e a Escola Superior de Tecnologias do Barreiro, no âmbito do estudo das patologias do edificado.

Ainda este ano irá ser lançado o concurso público internacional para a execução do Projecto de Requalificação Urbana da Quinta da Mina e Cidade Sol, bem como a construção do novo Centro de Saúde de Santo António, e ainda o início da construção do novo Centro Social de Sto. António.

Retomando agora a estrutura prevê-se o enquadramento das políticas de intervenção em áreas urbanas bem como dos planos urbanísticos existentes para este território específico.

Uma das tarefas que o nosso grupo de investigação tem desenvolvido, é a monitorização do Projecto de Requalificação Urbana e Paisagística: temos vindo a comentar o projecto, a sugerir pequenas questões... ou seja a procurar enquadrar de um ponto de vista mais teórico o desenvolvimento deste caso prático. Vemos aqui, por exemplo, um quadro inicial de um primeiro relatório, estando em comparação o primeiro e segundo classificados do concurso.

Por fim, ainda no plano Arquitectónico e Urbano, a elaboração de um estudo, como já foi referido pelo

Sr. Professor RO, que é um caso de estudo de um bairro na Suécia que estará concluído no próximo ano, Hammarby Sjostad, que constitui um caso extremamente interessante de Regeneração Urbana, através de uma solução humanizada e integrada quer a nível ambiental, quer social, quer do desenho arquitectónico e do espaço urbano.

PONTO 2 | COMPONENTE SOCIAL E ANTROPOLÓGICA

Passando rapidamente para o número 2, Componente Social e Antropológica o trabalho irá ter início com uma caracterização sociodemográfica e económica da população residente.

No ponto 2.1. é realizado - com base no Diagnóstico Social realizado pela CMB, e que segundo o CLISSIS é um trabalho de grande qualidade - um perfil sociográfico da população.

Na dimensão cultural vemos abordados os relacionamentos entre as pessoas e as questões simbólicas, como a construção das identidades em torno do espaço urbano. Isto advém das vivências diárias do bairro, entre o público e o privado, na construção do quotidiano, de onde surgirão os comportamentos sociais dos diferentes actores.

Segue-se, no 2.2, a intervenção comunitária desde a sua génese.

Dentro desta intervenção comunitária vemos o papel que as autarquias adquirem nos bairros, de acordo com as políticas sociais, dependendo do contexto histórico, político, económico e social.

NO **PONTO 3** Segue-se uma análise do desempenho e das intervenções dos diferentes parceiros deste projecto de Regeneração Urbana.

O **NUMERO 4** já foi de certo modo referido: Ao longo do trabalho - que tem vindo a ser desenvolvido, e que terá seguimento - têm sido realizados relatórios que ajudarão a potenciar o resultado final do projecto. Outra acção que tem vindo a ser realizada é o registo vídeo das acções mais significativas, mas

também a realização de entrevistas, gravação de reuniões com a população, comerciantes, conselho participativo, etc.

O **PONTO 5** tem hoje a sua primeira realização, é portanto, a apresentação à comunidade científica e académica de todo este processo. O próximo seminário terá lugar em Abril do próximo ano.

Por fim os **PONTOS 6 e 7**.

O **PONTO 6** refere-se à elaboração do “Livro Cidade Sol”, que já foi começado, e que será lançado no final do próximo ano. Este livro conta reproduzir o estudo cuja estrutura aqui foi apresentada, salientando os aspectos mais significativos que qualificam esta intervenção de Regeneração Urbana feita no concelho do Barreiro.

Em complemento será produzido um vídeo/documentário, cujo guião irá sintetizar o livro anteriormente referido.

Estes dois elementos, contribuirão não só para memória futura, mas como suporte de uma reflexão crítica a realizar posteriormente, de todo o processo de Regeneração Urbana, num horizonte de 3 ou 4 anos.



1.

1.1. Breve História do Conceito de Regeneração Urbana

1.2. O projeto da Quinta da Mina e Cidade Sol no contexto concelhio

- 1.2.1. Antecedentes
- 1.2.1. Políticas de intervenção nas áreas urbanas
- 1.2.2. Planos existentes e a área de intervenção
- 1.2.3. Programa da Candidatura e os seus diferentes eixos de intervenção/desenvolvimento
- 1.2.4. Aspetos específicos urbanos e arquitetónicos da Quinta da Mina e Cidade Sol

1.3. Monitorização do Projeto de Requalificação Urbana e Paisagística

1.4. Elaboração de outros casos de estudo no domínio da Regeneração Urbana e sua avaliação analógica com o da Quinta da Mina e Cidade Sol (este trabalho será também realizado conjuntamente com os investigadores do Centro Lusitano de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social - CLISSIS)

2.

2.1. Caracterização Sócio-Demográfica e Económica da População: Diagnóstico Social

- 2.1.1. Estrutura da População e perfil sociográfico
- 2.1.2. A dimensão cultural (relacionamentos e interações)
- 2.1.3. Comportamentos sociais e desviantes
- 2.1.4. O território e as pessoas numa perspetiva de futuro

2.2. A Intervenção Comunitária em comunidades socialmente vulneráveis

- 2.2.1. Breve história da Intervenção Comunitária e o papel do Serviço Social
- 2.2.2. Política Social e formas de intervenção
- 2.2.3. Os desafios da Intervenção Comunitária actualmente

3.

Análise do desempenho dos diferentes parceiros do projeto (a ser liderado pelos quadros técnicos da Câmara com o acompanhamento CITAD/CLISSIS)

4.

Elaboração de **relatórios** específicos durante o desenvolvimento do projeto, com objetivo de poder vir a potenciar o seu resultado final (estas ações têm vindo a ser realizadas) e de **registos vídeo** das ações mais significativas desencadeadas no decurso do Projeto.

5.

Próximo Seminário em Abril de 2013

6.

7.

Programa de Acção



Mário Nunes, Arqt.

Chefe da Equipa Multidisciplinar para a Regeneração de Áreas Urbanas da Câmara Municipal do Barreiro

O Programa de Acção - Parcerias para a Regeneração Urbana “Quinta da Mina – Cidade para todos”, financiado pelo POR Lisboa, envolve um investimento global de cerca de 7 milhões de euros e, têm como objectivo, entre outros, promover a inclusão social, estimular a revitalização sócio-económica dos espaços urbanos, qualificar o ambiente urbano, reforçar a participação dos cidadãos e inovar nas formas de governação urbana, e encontra-se apoiado em parcerias efectivas com os actores locais, e sectoriais. Pela própria natureza das operações, encerra um forte potencial de arrastamento de outros investimentos que estão hoje no centro das políticas urbanas e de dinamização da actividade económica e de geração de emprego. A qualificação dos espaços e equipamentos públicos e a regeneração do tecido urbano nesta área são um motor para a criação de novas dinâmicas de investimento privado e de animação económica e social, mais adequadas às necessidades das famílias e dos agentes empreendedores.

Construção duma estratégia integrada de desenvolvimento

1. Uma “Cidade para Todos”, qualificada, aberta ao exterior, segura, tranquila e com uma nova imagem;
2. Área de valorização identitária para a cidade, onde se associarão velhos e novos sistemas de sociabilidade, onde são preservados os valores da diversidade e identidade cultural;
3. Área onde seja visível um futuro para os jovens: onde é essencial o emprego, a formação e qualificação, a intervenção familiar e parental, a aptidão da comunidade e instituições e o acesso à informação, com aposta efectiva no trabalho comunitário.
4. Área de criação de actividades e emprego associado a serviços de ponta: tecnologia e serviços à população;
5. Área onde é evidente a integração social e territorial, onde uma nova dinâmica das instituições locais e

uma adequada correspondência entre os meios e a mobilização dos actores e parceiros, traz uma nova vivência a um território deprimido e carenciado;

6. Área onde, através de um planeamento regenerativo, se contextualiza factores sociais tradicionais com novas expressões de utilização do espaço: “City-Users”;

7. Área onde as experiências de novas governâncias predominam, gerando a participação de todos os habitantes e utentes, nas discussões e decisões, conferindo-lhes responsabilidades, direitos e deveres na gestão urbana.

A Candidatura assentou em três eixos estratégicos:

EIXO 1: Coesão social e qualificação da população

EIXO 2: Qualificação do território

EIXO 3: Dinamização económica



As acções, previstas, foram pensadas e concebidas de forma integrada, combinadas na sua execução, com intervenções de natureza social e económica, e orientadas pelos objectivos estratégicos de desenvolvimento referidos.

Estes objectivos relacionam-se estreitamente com os domínios essenciais de intervenção do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), nomeadamente o Potencial Humano, Factores de Competitividade e Valorização do Território, e materializam-se em objectivos operacionais e acções.



Área de intervenção

A área de intervenção corresponde ao núcleo urbano inserido na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão n.º112, do Plano Director Municipal do Barreiro e integra, também, a zona Sul, do denominado Vale da Mina (U.O.P.G. n.º99). Localiza-se na freguesia de Santo António da Charneca e é limitada a Norte pelo Vale da Mina (UOPG n.º99), a Sul pelo aglomerado urbano de Santo António da Charneca (UOPG n.º129), a Nascente pela Quinta da Migalha (UOPG n.º113) e a Poente pelo Vale do Trabuco/Quinta dos Catarinos e Grupo Escolar de Santo António (UOPGs n.º111 e 110, respectivamente). A área de intervenção reúne 30,25 hectares.



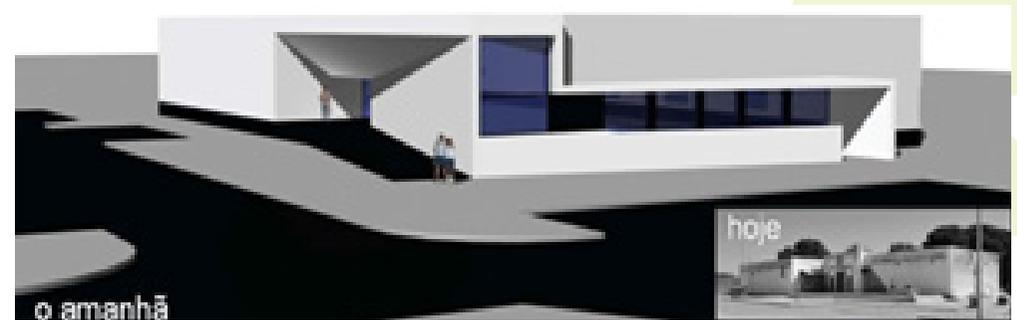
Requalificação paisagística e funcional do Parque da Quinta da Mina

Promoverá o convívio e a partilha de espaços, com a consequente integração dos vários estratos sociais presentes no território, com locais de estadia, zonas de merendas e um espaço vocacionado para desportos radicais.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro

Descrição geral das Operações

Eixo 1: Coesão Social e Qualificação da População



Renovação do Edifício Municipal sito na Rua 10

O objectivo é promover a multifuncionalidade do edifício através da criação de espaços para actividades. A sua renovação contará com a realização de obras gerais em todo o edifício.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro



Obras de requalificação no edifício da A. S. S. “Os Reguilas”

Prevê-se obras de requalificação geral do edifício, afecto a creche, jardim-de-infância e A.T.L., permitindo dotá-lo de melhores condições para os seus utilizadores, promovendo a sua integração numa cidade que se deseja para todos.

Responsável pela Acção: Associação de Solidariedade Social Creche e Jardim-de-infância “Os Reguilas”

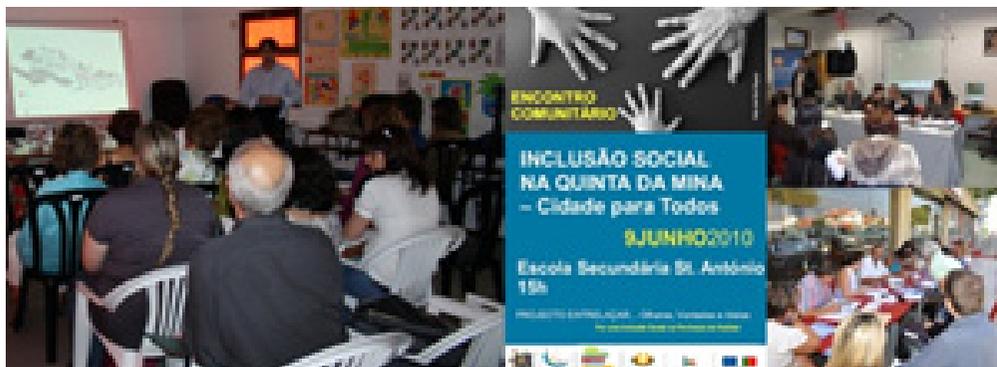
Por questões de ordem financeira, esta entidade desistiu do seu projecto de regeneração urbana



Construção do edifício para Serviço de Apoio Domiciliário, do Centro S. Sto António

Mediante o aumento exponencial da população que solicita os serviços deste centro, surge a necessidade de construção de um novo edifício. A construção, situa-se junto da Cidade Sol e da Quinta da Mina, tem como programa, o serviço de apoio domiciliário, bar de apoio e um espaço multiusos.

Responsável pela Acção: Centro Social de Santo António



Conselho Participativo

Instância de participação, consulta e acção estratégica da Câmara Municipal do Barreiro, em matérias relacionadas com a integração/inclusão social e desenvolvimento económico, cultural, urbano e ambiental da área de intervenção.

Permite, em conjunto com os diferentes actores, articular e definir o conjunto de orientações e políticas que facilitem a inclusão.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro



Conservação do Gabinete de Atendimento e Apoio à Comunidade

Este gabinete auxilia nas iniciativas de apoio à população local, através de formas adequadas de participação, ajuda técnica e integração. Prevê-se no apartamento a realização de obras de conservação/manutenção.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro

Eixo 2: Qualificação do Território



Conservação do exterior do Pavilhão Municipal Luís de Carvalho

É um equipamento desportivo de âmbito concelhio, erigido para a prática de modalidades desportivas cobertas, e que tem sido palco dos mais variados eventos desportivos e culturais. Necessitou de obras de conservação/manutenção decorrentes do natural desgaste temporal.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro



Conservação do edifício de apoio ao movimento associativo dos moradores

Espaço de apoio ao movimento associativo dos moradores da Quinta da Mina e Cidade Sol, encontrava-se a necessitar de obras de conservação/manutenção interior e exterior. Servirá de sede da campanha, onde estarão expostos todos os projectos.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro



Reabilitação do edifício do Parque da Quinta da Mina

O objectivo de intervir neste edifício é o de promover a sua refuncionalização, através da criação de um equipamento de apoio cultural/social às populações desta área.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro
Após ponderação do executivo e da equipa projectista é previsto a sua demolição.



Execução dos arranjos exteriores da Escola EB 1 de Sto António da Charneca, na Cidade Sol

A recuperação do espaço de recreio com a introdução de mobiliário urbano de apoio e de equipamento para jogos infantis irá dotar a escola de um espaço de convívio e lazer qualificado, permitindo a utilização do recreio em conforto e segurança.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro



Localização e execução de uma Aldeia Columbófila

A realização deste projecto promove o desenvolvimento social e cultural, contribuindo para a qualificação do espaço público e ambiente urbano.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro e Associação de Columbófilos de Sto António da Charneca



Dotação de iluminação pública apoiada por equipamentos de eficiência energética

Pretende-se promover a utilização racional de energia na iluminação pública, contribuindo para a diminuição da factura energética e combater as alterações climáticas através da redução das emissões CO2.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro





Requalificação Urbana do núcleo da Quinta da Mina e das zonas estruturantes da Cidade Sol

A requalificação dos espaços públicos consiste na substituição e recuperação dos materiais existentes nos arruamentos e a criação de estacionamento, de forma a introduzir melhorias na acessibilidade e mobilidade, através da circulação ciclável e pedonal
Promove-se também a introdução de mobiliário urbano e a criação de espaços verdes

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro



Renovação/manutenção das redes de abastecimento de água e saneamento

A renovação das redes de abastecimento de água e saneamento permitirá a melhoria do meio ambiente, e através da modernização/monitorização destas infra-estruturas serão suprimidos os desperdícios hoje existentes no abastecimento de água.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro



Renovação/construção de colectores do Sistema de Drenagem de encaminhamento para a ETAR Barreiro/Moita

A remodelação/construção do colector irá favorecer a melhoria do serviço de drenagem, qualificando o território e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, proporcionando o encaminhamento dos efluentes de saneamento para a nova ETAR do Barreiro/Moita.

Responsável pela Acção: SIMARSUL



Aquisição de equipamentos de manutenção e limpeza de ruas

A aquisição de meios mecânicos para limpeza e manutenção da via pública promovem a sustentabilidade do território e o seu equilíbrio ambiental.

Responsável pela Acção: Junta de Freguesia de Santo António da Charneca





Geração de energia alternativa para os edifícios a intervir e certificação energética

Pretende-se qualificar o ambiente urbano, através da utilização racional de energia que cubra todos os tipos de consumo, com equipamentos que permitam a gestão sustentável dos recursos.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro



Divulgação e Comunicação do Programa de Parcerias para a Regeneração Urbana

O Plano de Comunicação e Divulgação destina-se a promover a área de intervenção com o objectivo de atrair pessoas, actividades económicas e investimentos associado à animação da Parceria Local e à dinamização do Programa de Acção.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro



Assessoria técnica externa à implementação e avaliação do Programa

Pretende-se com esta assessoria a elaboração de pareceres de aconselhamento à Unidade de Direcção e à Estrutura de Apoio Técnico.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro



Eixo 3 - Dinamização Económica



Realização e execução do Projecto de Marketing Comercial

Com a qualificação e modernização do comércio existente, e para que ele ocorra no mais curto período de tempo possível, torna-se indispensável a adopção de medidas de promoção das actividades aí instaladas, recorrendo a acções de Marketing territorial e comercial.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro em parceria com a Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Barreiro e Moita



Dotação de sistemas Wireless nos Centros Comerciais e Parque da Quinta Mina

A instalação de meios para a utilização das tecnologias de informação promove a multifuncionalidade dos espaços urbanos, servindo a comunidade, e contribuindo para a modernização do ambiente urbano.

Responsável pela Acção: Câmara Municipal do Barreiro

Plano Financeiro do Plano de Acção da Parceria

Investimento Total

7 229 712,00€

Investimento Total Elegível

6 929 712,00€

Fontes de Financiamento Previstas

Contrapartida
Público/Privada
Parceria (50%)

Financiamento
FEDER (50%)

3 464 856,00€

3 464 856,00€

Síntese

Programa “Políticas de Cidade – Parceria para a Regeneração Urbana – Quinta da Mina-Cidade para Todos”

• Período de Elaboração

- 2009-2012

• Parcerias

- Câmara Municipal do Barreiro
- Junta de Freguesia de Santo António da Charneca
- Simarsul
- Associação de Solidariedade Social “Os Reguilas”
- Centro Social de Santo António
- Sociedade Columbófila Santo António
- Associação do Comércio e Indústria e Serviços do Barreiro e Moita

• Âmbito

• As entidades acima referidas constituem uma Parceria, visando a Regeneração Urbana da Quinta da Mina e Cidade Sol. Assim, foram devidamente articuladas as intenções de cada entidade com o Programa de Acção.

• Estrutura do Programa

- 3 eixos
- 21 acções

Associaram-se, ainda, a esta candidatura outras entidades locais, sob a forma de Acordos, designadamente, **CLDS, S.ENERGIA, Centro de Saúde e Agrupamento de Escolas de Santo António.**

Câmara Municipal do Barreiro

Investimento Total

5 523 050,00€

Fontes de Financiamento Previstas

Contrapartida
Pública
Parceria (50%)

Financiamento
FEDER (50%)

2 761 525,00€

2 761 525,00€

Parceiros

Investimento Total

1 406 662,00€

Fontes de Financiamento Previstas

Contrapartida
Pública
Parceria (50%)

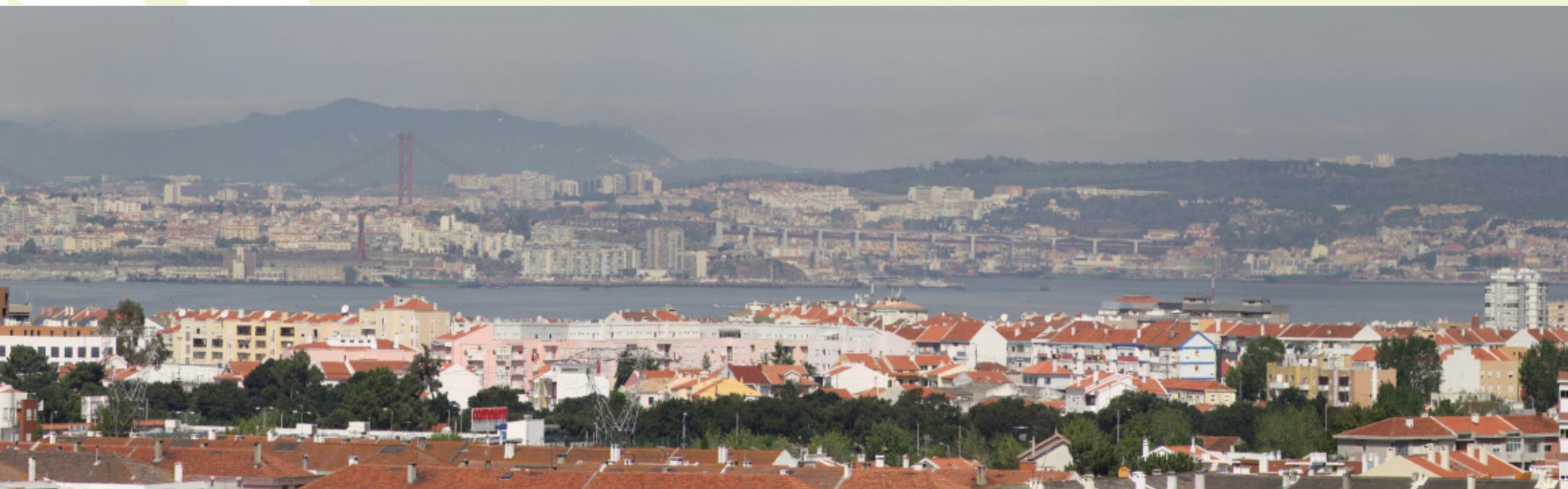
Financiamento
FEDER (50%)

703 331,00€

703 331,00€



Panorâmica a partir das torres Norte do Centro Comercial da Cidade Sol



As Políticas de Habitação Social em Portugal



O Estado, têm que se interessar pela questão da habitação, não só porque é uma questão social e política, mas porque deve assumir um papel fundamental de unificar o território com vista de o ordenar, em conjunto com a sociedade civil.

O Estado é o único organismo com estrutura e escala para tomar certas decisões, que qualquer outra entidade não têm, de forma a garantir igualdade e qualidade de vida a todos os seus cidadãos. Sendo que a habitação, é um dos elementos fundamentais para que esse objectivo se concretize. No entanto, o facto de o Estado ter a obrigação, não significa que este deva oferecer casas às pessoas, mas sim criar condições que permita o acesso destas a habitações condignas.

O direito à habitação é um dos direitos sociais de todos os cidadãos, explícito no Artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976 (última revisão - Lei Constitucional nº 1/2005).

Assim como o direito a um Ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, Artigo 66º.

As medidas políticas postas em prática são, como não podia deixar de ser, um reflexo do seu tempo e das necessidades da sociedade (ver quadro 1).

No Estado Novo, teve-se a consciência das condições insalubres em que vivia a classe trabalhadora proveniente do êxodo rural para os grandes pólos urbanos de Lisboa e Porto. O programa das casas económicas, o primeiro de muitos, revela-se ineficaz pois era apenas acessível a indivíduos com rendimentos acima do mínimo. Devido à falta de respostas adequadas, o número de barracas construídas por indivíduos carenciados iam aumentando.

Na Pós-Revolução, com o retorno de indivíduos das ex-colónias a situação deteriora-se, no entanto, o Estado procura respostas específicas que obtém alguns resultados.

Desde então, houve um grande crescimento do parque habitacional, aumentando a venda de habitação e diminuindo o arrendamento, derivado ao aumento e melhoria das concessões de crédito à habitação e

Helena Rocha,

Doutoranda em Serviço Social, investigadora do CLISSIS

Paula Ferreira,

Doutoranda em Sociologia, investigadora do CLISSIS

Simone Cunha,

Mestre em Arquitectura, investigadora do CITAD

ao congelamento prolongado das rendas. Algumas das medidas executadas, baseadas numa política de números, promoveu o realojamento que derivado ao tipo de população a que se destinou e à localização escolhida aumentou a segregação social de certos bairros.

Derivado a um crescimento desmedido do parque habitacional nos últimos anos, este encontra-se saturado para as necessidades actuais, desqualificado e degradado.

Das várias políticas postas em prática destacam-se algumas.

O Serviço de Apoio Ambulatório Local - SAAL (Despacho, 6 de Agosto de 1974), tinha como objectivo o realojamento de famílias de baixos rendimentos residentes em bairros de barracas, espalhados por todo o país.

Adoptaram-se processos de auto-construção de forma a que os futuros moradores se organizassem e participassem, promovendo o seu processo de apropriação. Assim como, o facto das intervenções privilegiarem a construção das novas casas, sempre que possível, onde existiam as barracas preservando ligação dos habitantes ao lugar.

Este, foi dos poucos momentos em que os arquitectos, se confrontaram de forma mais directa e critica com o seu trabalho, adequando a arquitectura ao contexto físico mas sobretudo ao contexto social. Na maior parte dos casos, os resultados foram bem melhores do que outros projectos de realojamento dos anos 80 e 90.

O Programa Especial de Realojamento - PER (Decreto-lei nº163/93), tinha como objectivo realojar a população residente em barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

O PER solucionou o problema de vários bairros de barracas dispersos pelos concelhos, mas ficou abaixo das expectativas, derivada à incapacidade financeira dos Municípios e à deficiente construção dos programas de intervenção. No entanto, a longo prazo, as intervenções do PER manifestaram resultados

bastante negativos, derivada a uma base meramente economicista baseada em números que não previu as consequências do realojamento concentrado de população carenciada com graves problemas sociais, entre outros factores.

O exemplo do caso de estudo Quinta da Mina e Cidade Sol, presente neste seminário, é um exemplo claro disso, em que 74% da população recenseadas no programa do Concelho do Barreiro, foram realojadas na freguesia de Santo António da Charneca, com a agravante que 62% do total desta população foi realojada nos 13 edifícios que caracterizam a Quinta da Mina, originando uma enorme transformação no tecido social desta zona.

Destacam-se ainda, no contexto deste seminário, não uma política mas um conjunto de políticas que visam a reabilitação / regeneração urbana, que se sucedem e relacionam entre si (ver figura 1).

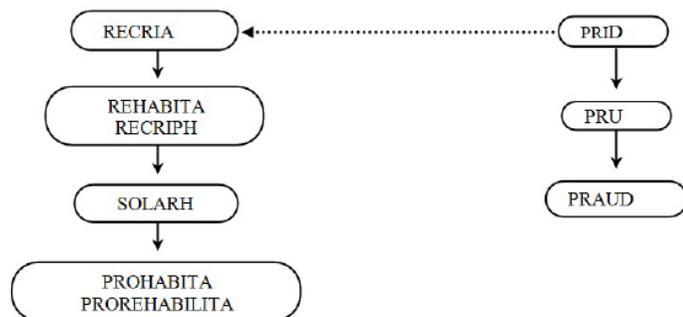


Figura 1- Políticas de Reabilitação / Regeneração Urbana

O Programa de Recuperação de Imóveis Degradados - PRID, surge em 1976, destinava-se à criação linhas de crédito para financiar a recuperação de imóveis habitacionais degradados mas os resultados alcançados ficaram aquém das expectativas, extinguindo-se até ao final da década de 80. O PRID foi a primeira experiência nacional de apoio à reabilitação de edifícios, especialmente nas zonas históricas onde o estado de degradação dos edifícios era mais evidente.

O Programa de Reabilitação Urbana - PRU, surge em substituição do PRID, pelo Despacho 4/SEUH/85, de 22 de Janeiro, mas com um objectivo mais abrangente, em que o imóvel isolado deixa de ser a principal preocupação. Com o PRU surgem os gabinetes técnicos -GTL, direccionados para o lançamento e gestão da reabilitação urbana. Os resultados da implementação deste programa permitiu o reconhecimento da insuficiência política de reabilitação.

Em 1988 surge o Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas - PRAUD, em substituição do PRU, com o objectivo de recuperação de áreas ambientalmente degradadas (históricas ou não) e do património construído, intervindo desde bairros clandestinos e degradados até à reconversão de zonas industriais, mas foi nas zonas históricas que teve maior incidência.

Ainda em 1988, surge o Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados - RECRIA (Decreto- Lei n.º 4/88, de 6 de Junho), que tal como o PRU substituiu o PRID, destinado a apoiar a execução de obras de conservação e recuperação em edifícios habitacionais degradados arrendados, cuja a renda tivesse sido objecto de correcção extraordinária em pelo menos um fogo. Este programa, tinha como objectivo dinamizar o mercado de arrendamento e simultaneamente incentivar à reabilitação de edifícios abandonados numa lógica especulativa.

De forma a colmatar situações não contempladas na legislação anterior, em 1996, surgem dois novos programas, o Regime de Apoio à recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas - REHABITA, e o

Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal - RECRIPH. Em que, especificamente, o REHABITA não se restringe ao edifício isolado mas abrange uma escala urbanística e o RECRIPH prevê apoio financeiro á realização de obras em edifícios de propriedade horizontal, mas apenas na componente de áreas comuns.

Em 1999, foi criado o SOLARH que integra duas lógicas distintas (social e política) em fases distintas. Surge como Programa de Solidariedade e Apoio de Recuperação à Habitação, destinando-se ao apoio de pequenas recuperações em habitações de idosos fora das áreas urbanas. Dois anos mais tarde, o programa é actualizado, com o objectivo de criar condições que permitam estimular a colocação no mercado de arrendamento inúmeros fogos devolutos, promovendo a reabilitação do parque habitacional.

Consequentemente o nome por extenso do programa foi alterado para Programa de Apoio Financeiro Especial para a Reabilitação de Habitação.

Os referido programas de reabilitação direccionados para os imóveis arrendados apresentam uma reduzida aplicabilidade devido a questões de natureza diversa, que reflectem a diversidade do parque habitacional e a situação socio-económica do país, mas contribuíram para a sensibilização da necessidade da reabilitação do parque habitacional, que continua a agravar-se justificando-se o aparecimento de novos programas como o PROHABITA (Programa de Financiamento para Acesso à Habitação) e o PROREABILITA.

Estas visam um maior número de situações, que as já contempladas noutros programas, permitindo o exercício da reabilitação mais abrangente promovendo-a face á nova construção.

Mais recentemente no quadro das políticas de cidades a habitação passa a ser vista como um elemento fundamental da qualidade de vida. E consequentemente os programas habitacionais aparecem enquadrados noutros, deixando assim de haver políticas avulso.

A questão da precariedade habitacional é um assunto comum a diversos países. No caso de Portugal, esta situação pode ser considerada um reflexo do facto de que a política habitacional foi colocada em segundo plano durante muito tempo. O POLIS XXI (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades) procurou envolver e articular de forma integrada as várias componentes vitais de uma cidade, entre as quais, se destaca a habitação.

Efectivamente, o POLIS XXI foi um grande passo para pôr “par a par” a habitação e a reabilitação, já que valorizou a função habitacional enquanto elemento fundamental para a requalificação das cidades. Esta política expressa a necessidade de promover o acesso à habitação ao mesmo tempo que apela à articulação da política da habitação com a qualificação urbana, (requalificando essencialmente áreas críticas, abandonadas e obsoletas).

Contudo, a prossecução destes objectivos pressupunha necessariamente a existência de fontes de financiamento e, neste caso, estas fontes compreenderiam recursos públicos nacionais e comunitários, neste último caso com origem noutros programas operacionais, e também instrumentos de financiamento europeus, como o Mecanismo Financeiro do Espaço Europeu Económico (EEE) e, em particular, o Banco Europeu de Investimento (BEI).

Embora nos últimos anos tenha existido uma tendência para se intervir somente nos centros urbanos consolidados, hoje reconhece-se a necessidade de pôr em prática os princípios da reabilitação urbana em diversas e diferentes áreas. Assim, previram-se 4 tipologias de acção para o POLIS:

- operações integradas de requalificação e inserção urbana de bairros críticos;
- operações de recuperação e qualificação ambiental de áreas periféricas e refuncionalização de áreas abandonadas;
- operações integradas de valorização de áreas de excelência urbana (centros históricos, frentes ribeir-

inhas, etc.)

- projectos integrados de melhoria do ambiente urbano.

O programa POLIS XXI foi criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, propunha-se desempenhar um papel mobilizador e potenciador de iniciativas que visassem a qualificação urbanística e ambiental das cidades, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atratividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. Neste âmbito estavam previstas 60 operações de reabilitação urbana e ambiental de áreas periféricas e refuncionalização. Para a concretização dos objectivos estabelecidos no POLIS XXI surge outra iniciativa promovida pelo governo, a elaboração do Plano Estratégico de Habitação (PEH) 2008-2013.

O PEH tem duas importantes missões, garantir uma habitação condigna a todos os cidadãos e a promoção da qualidade de vida dos mesmos.

Porém, o cumprimento destas missões encontra-se dependente da concretização de vários objectivos, nomeadamente, do apoio ao acesso habitacional para população com dificuldades; da articulação entre a política de habitação e as outras políticas e do aumento dos níveis de eficiência e de eficácia na gestão e financiamento público. Em linha com o que prevê a Nova Carta de Atenas, nomeadamente a criação da Cidade Coerente, através da conjugação do triângulo Social, Económico e Ambiental (ver figura 2).

O Programa de Acção para o Bairro procura estruturar a morfologia do tecido urbano, mantendo a vivência própria do espaço e preservando a sua diversidade e riqueza cultural e enquadra-se na redacção da Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis, através da qual os ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano dos Estados Membros da União Europeia se comprometeram a tudo fazer em prol do desenvolvimento urbano integrado, bem como a dar uma atenção particular aos Bairros



Figura 2- Triângulo Social, Económico e Ambiental

carenciados das cidades.

Não nos podemos esquecer também do PORLisboa (Programa Operacional Regional de Lisboa, para o período de programação 2007-2013), que assenta nas grandes recomendações da política de coesão, no designio estratégico do QREN e se ancora na Estratégia Regional, Lisboa 2020:

Eixo 1: Competitividade de Inovação e Conhecimento

Eixo 2: Sustentabilidade Territorial

Eixo3: Coesão Social

Eixo 4: Assistência Técnica

A concretização destas propostas depende, em larga medida, da adesão das autarquias da sua capacitação e capacidade financeira para agir de acordo com o definido.

Actualmente, a Europa parece já ter assumido que é mais vantajoso renovar e utilizar edifícios já existentes do que demolir e construir de novo. Portugal entrou com algum atraso no processo de reabilitação e os programas criados neste domínio não foram eficazes na prática. - Mas, serviram, para sensibilizar as populações e as autarquias para a importância desta temática (Marques, B. P., e Madeira, C., 2010).

O direito à habitação digna está presente na maior parte das constituições de países democráticos.

Mais do que oferecer casas àqueles que não têm condições de adquiri-la, estão implicadas questões como a inserção social e o exercício de cidadania. No entanto, o Estado tem-se mostrado ineficiente: o excesso de burocratização, a falta de vontade política, distancia cada vez mais o governo das necessidades sociais, culminando numa desarticulação entre o que se precisa fazer e o que de facto é feito e o mesmo, pode ser percebido entre o discurso político e a realidade da implementação.

Os indivíduos tornaram-se mero receptores de casas e não existe um investimento no seu projecto de vida e no seu empowerment.

A construção dos bairros sociais tem despertado sentimentos de segregação e de exclusão, resultados antagónicos em relação aos objectivos propostos de inclusão e integração social (Marques, B. P., e Madeira, C., 2010).

Nos últimos anos a abordagem às questões do ambiente e da sustentabilidade ganham um novo relevo sobretudo com a renovação da Estratégia de Lisboa, o lançamento do novo Programa Comunitário de Lisboa para o ciclo 2008-2010, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e o

respectivo Plano de Implementação (PIENDS) elaborados de forma compatível com os princípios da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (EEDS).

As questões ambientais tiveram, um percurso muito próprio. O país chegou à política ambiental, ou, melhor dizendo, a política ambiental chegou ao país, marcada sobretudo pela influência externa, primeiro de efemérides e depois através das leis e directivas europeias. Mas não nos podemos esquecer que:

- No mundo contemporâneo as questões ambientais atravessam todas as áreas da vida social e do saber;
- Colocam-se novos desafios decorrentes das transformações sociais e dos avanços da tecnologia e da ciência;
- Por outro lado, ao nível dos direitos, há questionamentos que se colocam (nomeadamente aos Assistentes Sociais), numa época onde surgem novos enquadramentos das políticas sociais e se põem em causa direitos adquiridos.

Mas a Sustentabilidade depende de 4 vectores:

- Ambiental, no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade;
- Social, na redução da pobreza e das desigualdades sociais e na promoção da justiça e da equidade;
- Cultural, na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que, apesar da sua evolução e da sua reactualização permanentes, determinam a integração Local e nacional através dos tempos
- Política, ao aprofundar a democracia, garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública.

Ambiente e desenvolvimento são faces indissociáveis da mesma moeda - o desenvolvimento tem que ser integrado, com componentes económicas, sociais, culturais e ambientais.

Embora se tenham feito investimentos sérios nesta matéria, a pobreza e a exclusão social são indicadores cruéis de uma coesão social não conseguida e o desafio que nos colocam é de uma responsabilidade colectiva.

Em sistemas complexos, como as sociedades humanas, o desenvolvimento só ocorre quando se conseguem instalar padrões de interacção internos (entre os elementos do conjunto) e externos (com o meio circundante) que assegurem as condições de existência do conjunto.

Quando se diz que todo desenvolvimento é desenvolvimento social, significa desenvolvimento das pessoas, de todas as pessoas, das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã. Por outras palavras: desenvolvimento humano, social e sustentável (Rocha, 2008).

A intervenção num lugar, bairro, comunidade e/ou cidade potencia práticas de inclusão que não só respondem a necessidades de sobrevivência, mas também a valores comunitários, como a cooperação, cogestão, co-participação, comunicação, solidariedade e participação, que respeitam o pluralismo e a diversidade, os direitos humanos e o património identitário próprio de cada local, ou seja, de cada grupo ou sujeito.

É um projecto colectivo, de equidade, que promove a segurança ontológica do sujeito, onde se pensa nos recursos das gerações vindouras e na sua sustentabilidade.

Urge transformar locais de segregação em espaços onde todos os recursos são sinérgicos na construção de melhores comunidades (Rocha, 2008). Contudo, a economia Portuguesa foi gravemente afectada pela crise económica e financeira mundial, e enfrenta actualmente um período no qual a consolidação orçamental será uma das principais prioridades tendo por objectivo resolver um forte défice orçamental, no quadro actual, todas as preocupações sociais e políticas estão estagnadas face à necessidade de recuperar o estado da economia, o que deixa para segundo plano questões de natureza

urgente como o caso da regeneração urbana, do ambiente e do desenvolvimento sustentável! E estamos perante este desafio!

“... conhecer o passado para analisar o presente e, assim, preparar o futuro.”
(Soeiro, 2008, p.2)



Bibliografia:

- As Operações SAAL [Filme]. Realização João Dias. Midas Filmes, 2007. Cor, Som.
Câmara Municipal do Barreiro - Programa de Acção Parecerias para a Regeneração Urbana “Quinta da Mina - Cidade para todos”. CMB, 2009
DOMINGUES, Álvaro (2002) Novas Paisagens Urbanas. Jornal de Arquitectura n.º 206, Maio – Junho de 2002, Lisboa.
DUNLAP, R. and Marshall, K.. (2007) Environmental Sociology in Clifton D. Bryant and Dennis L. Peck (eds), 21st Century Sociology, A reference handbook, Vol. 2, Thousands Oaks, CA: Sage, pp. 329 340.
Europa 2020: estratégia para o crescimento da União Europeia, Bruxelas, COM(2009) 647 final, 24 de Novembro de 2009.
FLORES, Joaquim (1998) Planos de salvaguarda e reabilitação de Centros Histórico sem Portugal, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
GUERRA, Isabel et al.(1999) A Baixa Pombalina – diagnóstico, prospectiva estratégia de actores, Celta Editora, Oeiras.
GUERRA, Isabel. (1994). As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas. Sociedade e Território, Porto, n.20, 11-16p,
MADEIRA, Cátia A.C.L. (2009) A Reabilitação Habitacional em Portugal: a Avaliação dos Programas RECRIA, REHABITA, RECRIPH e SOLARH. Lisboa. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação.
MAGALHÃES, Andreia Alves (2000) Reabilitação urbana em Lisboa: uma abordagem ao núcleo antigo da cidade, UTL, Lisboa.
MARQUES, B.P and MADEIRA, C. (2010) Reabilitação Habitacional em Portugal: a avaliação dos progra-

- mas RECRIA, REHABITA, RECRIPH e SOLARH. Actas do 16.º Congresso da APDR, Funchal, pp. 897-931, ISBN 978-989-96353-1-9.
MELO, Inês Quental (2009) - O Mercado de Arrendamento - principais oportunidades e fragilidades face ao mercado de habitação própria. Lisboa. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação
MELO, J. E PIMENTA, C. (1993). Ecologia. col. O que é, Lisboa, Ed. Difusão Cultural.
MELO, J. J. & PIMENTA, C. (1993). O que é Ecologia. Difusão Cultural, Lisboa
MENDES, Maria Clara (1990) O Planeamento Urbano na CE: evolução e tendências, Dom Quixote, Lisboa.
PAIVA, José Vasconcelos et al.(2006) Guia técnico de reabilitação habitacional, Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Instituto Nacional de Habitação, Lisboa.
PORTAS, Nuno et al . (2003) Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades, FCG, Lisboa.
ROCHA, Helena. 2008. Intervenção Social – Comemorações dos 70 anos do ISSSL – Políticas Sociais e Serviço Social, Universidade Lusíada, Lisboa.
SCHMIDT, Luisa (2008). Ambiente e Política Ambiental: escalas e desajustes (“Environment and Environmental Policy”) in Itinerários – a investigação no ICS, Villaverde, M. Et all (org.) Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
SCHMIDT, Luísa. (2007). País (In)Sustentável - Ambiente e Qualidade de Vida em Portugal. Lisboa: Esfera do Caos
SERRA, Nuno (2002) Estado, Território e Estratégias de Habitação, Quarteto Editora, Coimbra.
SOEIRO, Vera Lúcia da Silva (2008) - Problemática do futuro da habitação Social. Lisboa. Universidade Lusíada de Lisboa. Dissertação.

A Problemática da Comunidade Cigana



PARTE I

O Bairro Social da Quinta da Mina foi adquirido pela Câmara Municipal do Barreiro no âmbito do PER, é constituído por 13 edifícios e 119 fogos, e encontra-se inserido na malha urbana da Cidade Sol (urbanização com cerca de 3500 habitantes), na freguesia de Santo António da Charneca.

O processo de realojamento das famílias iniciou-se em 1997.

Trata-se de uma nova realidade, quer para os novos residentes, como para toda a comunidade envolvente, sendo entendida como uma imposição, sem envolvimento das comunidades. O objetivo era o cumprimento do PER, ou seja, a atribuição de habitação condigna às famílias que residiam em barracas. O bairro acolheu agregados familiares oriundos de várias freguesias do Concelho – assistindo-se a uma deslocalização massiva de população para a freguesia de Santo António da Charneca.

Entre 1997 e 1998, para além de agregados familiares oriundos de pequenos aglomerados, o Bairro acolheu 2 grandes núcleos de barracas, ambos com grande expressão e determinantes para a análise da realidade do bairro.

O “Núcleo do Matadouro”, situado na freguesia do Barreiro, composto exclusivamente pela etnia cigana – todos os agregados tinham ligações familiares intensas entre si – eram agregados muito jovens, numerosos, ainda com características nómadas, com hábitos e usos quotidianos muito “rudimentares”, o que se refletia na própria construção precária dos alojamentos – A rua é uma extensão natural do alojamento (pela própria precariedade deste), e palco de toda atividade social – quer de comunhão como de conflito. O “Núcleo de Vale Romão”, situado na freguesia de Santo André, reunia vários agregados, também numerosos, os chamados “tendeiros”, dedicados à venda ambulante, sendo o espaço exterior dedicado à organização da atividade e às relações sociais.

A grande expressão e visibilidade destas famílias no território (pelos hábitos de rua e pela forma como se

Apolónia Teixeira, Socióloga

Chefe da Divisão de Intervenção Social da Câmara Municipal do Barreiro

Célia Gaudêncio, Socióloga

Divisão de Intervenção Social da Câmara Municipal do Barreiro

apresentam), leva a que estas sejam olhadas pelos outros, pela comunidade envolvente, como um todo, potenciando a guetização do Bairro, gerando sentimentos de insegurança, exacerbando preconceitos e tensões.

Contudo a realidade do Bairro é outra - existem diversas comunidades propiciadoras de conflitos e tensões, entre os residentes – os novos conceitos de espaço comum e espaço público, não são entendidos de igual forma pelas famílias - o sentimento de imposição de um novo alojamento, quer em termos de localização espacial, como a construção em altura, rompe e colide com os hábitos quotidianos.

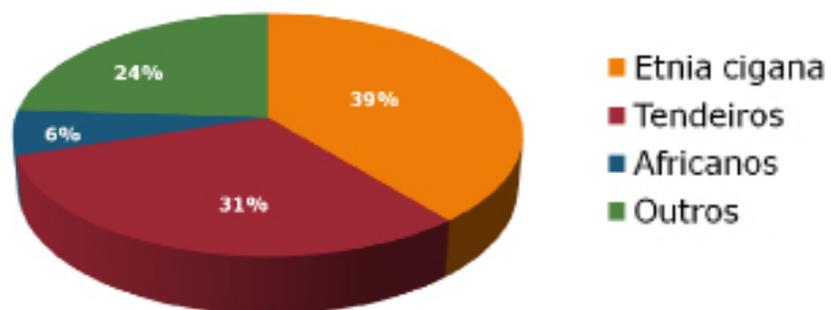
O espaço exterior utilizado como extensão do alojamento, quer para usos domésticos como espaço de relacionamento, gera apropriações individuais e de grupo que colidem entre si, frequentemente geradoras de conflito e de reais manifestações de poder, o que se reflete na degradação do espaço exterior.

Também a própria habitação é reflexo de um processo de realojamento não participado – o desconhecimento e a novidade que alguns equipamentos, no interior da habitação, constituem, uma vez que a própria conceção funcional do alojamento (diferentes espaços / para diferentes funções), pode colidir com os hábitos; a negligência gratuita, bem como a “não-consciência” das consequências que a má utilização desses equipamentos pode desencadear no edificado e ainda as debilidades da própria construção, contribuem também para que os alojamentos de grande parte destas famílias, se encontrem bastante degradados.

Assim, a apropriação do espaço exterior ao alojamento, enquanto extensão deste, é reforçado pelo facto de algumas habitações terem problemas, ou seja, “se não funciona em casa, faz-se na rua”. O facto de se manterem alguns hábitos (por ex: o lixo é espalhado pela terra, as necessidades fisiológicas são feitas no campo, etc), colide com o conceito de público e comum.

Sinais evidentes da utilização do espaço, refletiam-se na acumulação desmesurada de lixos, monos,

População residente no Bairro da Quinta da Mina



viaturas inativas, oficinas de rua e várias construções abarracadas.

Até 2008, o Bairro da Quinta da Mina, construído para acabar com as barracas, potenciou o surgimento de um novo (e àquela data, já único no Concelho) bairro de barracas e alojamentos abarracados, nas traseiras dos edifícios, fruto do crescimento natural das famílias e da manutenção da incapacidade destas em termos habitacionais – iniciava-se um novo ciclo de dependência e precariedade habitacional. De acordo com a Professora Isabel Guerra “as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, e tal como a realidade do Bairro da Quinta da Mina mostra, o acesso a uma habitação não é condição única para alterar as condições de vida da população em exclusão – pode contudo, ampliar a exclusão social.



PARTE II

Partindo desta realidade, um bairro degradado e de habitação degradada, com um bairro de barracas a ele associado, e uma concentração de problemas sociais como desemprego, rendimentos escassos e incertos, por vezes resultantes de “expedientes” nem sempre legais, subsídios dependentes, analfabetismo, insucesso e abandono escolar significativos, ---- a Autarquia, em 2006, decidiu adotar um conjunto de medidas integradas, com objetivos e etapas definidas, incentivando e promovendo solidariedades indispensáveis a um Processo de Desenvolvimento Social Urbano em todo o território da Quinta da Mina e Cidade Sol.

De acordo com a análise efetuada por uma entidade independente, foi possível aferir acerca do real estado dos edifícios do Bairro, sendo que dos 13, apenas 4 foram considerados suficientes e os restantes 9, situavam-se entre o Mau e Muito Mau. Relativamente aos principais problemas diagnosticados, situavam-se ao nível das coberturas, revestimentos exteriores, juntas de dilatação e redes de águas e esgotos, o que conduziu a uma degradação dos pisos técnicos. O valor estimado para recuperação do edifício, rondava os 5 milhões de euros.

Perante este diagnóstico foi deliberado como 1.^a prioridade a reabilitação dos fogos do Bairro da Quinta da Mina tendo sido, a par com as ações urgentes a realizar nas redes de água e esgotos, apresentada e rerepresentada uma candidatura ao PROHABITA, pela 3.^a vez consecutiva.

Entretanto as ações consideradas necessárias à requalificação do espaço urbano envolvente ao bairro só seriam exequíveis se apreendidas e interiorizadas pelos destinatários.

Apostando no envolvimento e na participação das comunidades, foram efetuados vários contatos e reuniões, que permitiram a definição conjunta da estratégia de intervenção, necessária e urgente, na área

envolvente ao Bairro.

Assim, foi possível efetuar ações de limpeza, recolha de monos, viaturas abandonadas, ações de âmbito veterinário, bem como proceder à demolição e conseqüente alojamento das famílias que se encontravam a residir nas traseiras do Bairro.

Se na Quinta da Mina, Bairro socialmente marginalizado e deficientemente integrado no contexto urbano envolvente, o realojamento só por si parece não ter provocado alterações na estrutura dos modos de vida dos que nele habitam, a influência do espaço público pode induzir a maiores perspetivas de integração social no meio.

Esse é o desafio lançado com o Projeto de Regeneração Urbana para a Quinta da Mina e Cidade Sol – Cidade para Todos.

Dos três eixos estratégicos definidos no programa de ação importa destacar o eixo 1: Coesão social e qualificação da população pelos impactos que cria nos modos de vida daquelas comunidades.

A requalificação paisagística e funcional do parque da Quinta da Mina, área envolvente ao bairro social, tem como principal objetivo a requalificação de um equipamento coletivo que propicie o convívio e a partilha do espaço público pelos diferentes grupos sociais presentes naquele território.

A construção de um equipamento de apoio à infância e terceira idade com espaço multiusos pelo centro Social de santo António permitirá responder a necessidades sociais identificadas,

O Conselho Participativo - Instância de participação, consulta e ação estratégica da Câmara Municipal do Barreiro (CMB), em matérias relacionadas com a integração/inclusão social e desenvolvimento económico, cultural, urbano e ambiental da área de intervenção, é constituído pelos representantes dos moradores e das entidades, instituições e organizações coletivas e públicas.

As reuniões plenárias do Conselho Participativo têm por objetivo envolver toda a comunidade no pro-



cesso de intervenção, desde a conceção à realização do projeto Quinta da Mina e Cidade Sol – Cidade para todos como caso de estudo.

Em conclusão:

“A Intervenção no espaço público enquanto espaço socialmente construído, não pode ser dissociada do envolvimento e participação dos seus atores, construtores das redes de sociabilidade e de coexistência sócio espacial.”



Intervenção Planeada da Autarquia

Iniciada em Dezembro/2006

1. Diagnóstico sobre o estado dos fogos

Estudo Civil/Concept

Classificação dos 13 edifícios

Muito Mau - 1
Mau - 8
Suficiente - 4
Bom - 0
Muito Bom - 0

Principais Problemas:

- Coberturas;
- Revestimentos exteriores;
- Juntas de dilatação;
- Redes de águas e saneamento;

Estimativa de custos – 5 milhões de euros

Degradação dos pisos técnicos

Participação e Envolvimento da Comunidade “Uns e Outros”

Aposta na participação

Contactos informais

Reuniões individuais e por família

Reuniões por blocos habitacionais

Reuniões plenárias

- População residente Qt. da Mina “Uns”
- Bairro residencial Cidade Sol “Outros”

Ouvir
Planear
Informar
Partilhar
Envolver



Preocupações/Sugestões
Estratégias
Ações
Objetivos
Intervenção

Reabilitação dos fogos do Bairro Social da Quinta da Mina

Candidatura apresentada  PROHABITA /IHRU

Intervenções emergentes

Redes de águas e esgotos /Reparação dos pisos técnicos
Rede elétrica

Minimização de riscos



Estruturais e Saúde Pública

Realojamento , Higiene e Saúde Pública

- Demolição de barracas e outros equipamentos
- Realojamento de 14 famílias (etnia cigana e tendeiros)
- Ações de limpeza e recolha de lixos
- Desinfestações
- Ações conjuntas com Centro de Saúde
- Intervenção conjunta com Gabinete Veterinário
- Reorganização dos espaços envolventes



A Regeneração Urbana



Prof^a Doutora Maria João Freitas, Socióloga

Investigadora Auxiliar, LNEC

Após observar o vosso trabalho, não sei se vou trazer grande novidade, mas de qualquer maneira estive a fazer uma reflexão precisamente suscitada pelo desafio que me fizeram aqui sobre o porquê de estarmos todos à volta do tema da Regeneração Urbana.

Desta forma, decidi partilhar convosco um bocadinho destas reflexões em torno do que são as tensões e os desafios da Regeneração Urbana, e basicamente organizei a minha reflexão em torno destes tópicos: o que é que nós efectivamente podemos entender por Regeneração Urbana; quais são os principais requisitos em função desse entendimento; que Distensões e que Tensões é que nós identificamos; que Desafios e também, desculpem lá, partilhar convosco alguns Desassossegos nesta altura do Campeonato.

Será uma Moda? Eu penso que nós todos nesta sala, e sobretudo depois do que aconteceu durante este dia, percebemos e sentimos que isto não é uma moda; mas não podemos esquecer que os processos de Regeneração Urbana muitas vezes são levados em termos de moda; eu tenho a certeza que este aqui não é, mas as vezes pode acontecer.

É uma Candidatura? É um risco imenso. Muitas vezes nós olhamos para os projectos de Regeneração Urbana na medida em que eles estão muito dependentes de candidaturas e as vezes confundimos com a própria candidatura; e era uma chamada de atenção aqui, para não termos esta tentação, de confundir precisamente os processos de Regeneração às vezes com os instrumentos que nós precisamos para os tornar viáveis. E isto não é de menos importância, porque quem está no terreno sabe que todos os dias é pressionado por esta tentação.

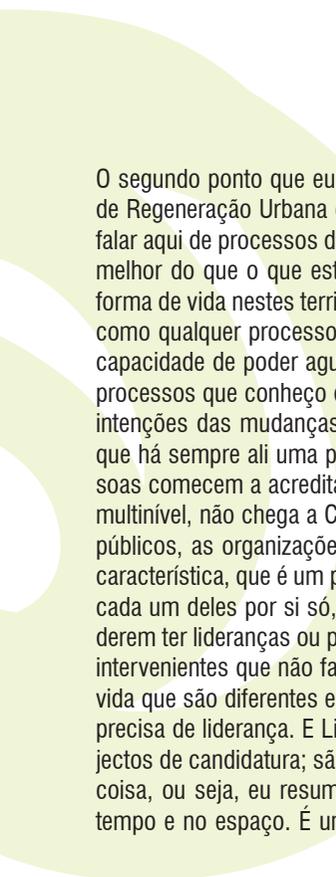
É uma carga de trabalhos? É sem dúvida uma carga de trabalhos, mas conforme aqui foi dito, pode ser altamente satisfatória, exige bastante persistência, paciência e sobretudo perceber a natureza, efectivamente dos trabalhos com que nós estamos a lidar.

Então o que é que é? É um processo, que de uma vez por todas nós temos de entender, e já foi dito nesta

sala, que é um processo Lento; se fosse fácil resolver os problemas com as candidaturas que nós temos normalmente como baliza dos processos, era de facto maravilhoso, só que o problema não é esse; os problemas que estão nos territórios, não é com três, nem com seis, nem com nove se calhar, porque muitos deles têm vinte, trinta, quarenta anos para trás, e muitos deles também não estão confinados nas suas causas àquilo que se esta a acontecer nos territórios, têm outras raízes mais profundas, mas é importante perceber que todas estas intervenções podem ser importantes contributos para se iniciar ou pelo menos para contribuir para o seu processo de revolução; mas é preciso perceber que é fundamental “não confundir a obra-prima do mestre, com a prima do Mestre-de-obras”, como eu as vezes costumo dizer, ou seja, que não confundir perante a natureza dos processos que nós temos pela frente, resolver através da Regeneração Urbana, que os pequenos passos que temos para dar vão ser a solução para todas as coisas.

Também é preciso perceber que estes processos não são Lineares, eles de facto não o são; avançam, recuam, dão umas voltinhas, depois tornam ao sítio, às vezes dão assim umas surpresas, quando menos esperavam, outras vezes desiludem-nos porque ficam um bocadito perros, mas isto é muito importante porque nós tendemos a olhar para estes processos com instrumentos que pressupõem exactamente o contrário; pressupõem que estes processos são lineares e que podem ser bastante rápidos.

Outra dimensão que também é preciso ter em linha de conta é que estes processos não são Espontâneos, e precisam nomeadamente de lideranças e empurrões; não são de ligação espontânea, nós olhamos as vezes para os processos de degradação, como sendo espontâneos, mas eles não o são de facto. Todos, de alguma maneira, acabamos por contribuir para a degradação destes territórios quer para viabilizar o seu próprio sucesso. Temos de assumir a situação em que os territórios hoje se encontram, não é assim só porque aconteceu.



O segundo ponto que eu acho que é muito importante é nós termos em linha de conta nos processos de Regeneração Urbana e que hoje, durante o dia foi aqui muito falado também, que é, nós estamos a falar aqui de processos de mudança; não é para que tudo fique igual, não é para que fique um bocadinho melhor do que o que está, é para mudar. É para mudar a dinâmica destes territórios, é para mudar a forma de vida nestes territórios, é para mudar a forma de estar e as atitudes nestes territórios e portanto, como qualquer processo de mudança, antes de poder incorporar uma resiliência transformadora, uma capacidade de poder aguentar e desenvolver o desafio da mudança, conta com resistências. Todos os processos que conheço de mudança, passam sempre por estas fases, e portanto não chegam as boas intenções das mudanças que temos em consideração, e vocês com certeza no terreno sentem isso, que há sempre ali uma primeira fase, disseram agora, com o processo participativo do “talvez as pessoas comecem a acreditar”. Também aqui foi dito, que é um processo de mudança, multidimensional e multinível, não chega a Câmara, é preciso outro tipo de entidades a intervirem, não chegam os poderes públicos, as organizações; não chega os técnicos, é preciso as populações; e vice-versa; E tem uma característica, que é um processo de mudança Sócio territorial que é colectivo, ou seja, como não chega cada um deles por si só, de facto, estes processos de regeneração urbana, independentemente de poderem ter lideranças ou promotores, envolve de facto uma enorme variedade e diversidade de parceiros/intervenientes que não falam a mesma linguagem, que têm fontes de organização, de ser e de estar na vida que são diferentes e que isso por si só é um desafio; que por se desenvolver a todos, também não precisa de liderança. E Liderança destes processos, não pode ser confundida com a promoção de projectos de candidatura; são duas coisas que podem coincidir, mas podem não ser exactamente a mesma coisa, ou seja, eu resumiria à definição do processo de Regeneração Urbana a uma Co-produção no tempo e no espaço. É uma co-produção, de facto; não é algo que ninguém possa achar que pode ter



feito sozinho, ou que pode simplesmente ajudar a que os outros possam fazer sozinhos. Isto é o espírito daquilo que ouvimos hoje; nem a câmara assume que pode fazer sozinho, nem as populações percebem que não pode ser a câmara a fazer sozinho, e vice-versa. Todos nós sabemos isto, mas posto isto na prática é que cria montes dos engulhos quotidianos que as vezes nos partilham.

Vamos então ver quais são as consequências em termos de nós entendermos um processo de regeneração urbana como um processo de Co-Produção no tempo. Separando a Palavra RE-GENER (are) -ACÇÃO, são os três compostos da palavra; o RE, remete-nos a fazer qualquer coisa que já foi feita anteriormente, ou repetir alguma coisa; é aquilo que nos liga às memórias, às identidades e às insatisfações que nos mobilizam para esta acção. Desta forma, o RE, no tempo é aquilo que nos deve ancorar ao passado, e como temos aqui, todo o projecto foi sustentado desta maneira. GENER (are) é criar algo de novo, é o que nos liga ao tempo futuro, implicando a discussão de um termo que esta hoje muito em desuso com muita pena minha e que nós precisamos de reabilitar que é, qual é a utopia que nós queremos para estes territórios? O que é que discutimos com estes actores sobre estes territórios? Qual é a visão sobre estes territórios, como é que nós queremos que estes territórios efectivamente sejam daqui a quinze, vinte, trinta anos e temos que saber discutir esse futuro, e isso é muito importante, porque é nisto que reside a esperança e também a capacidade do controlo e a capacidade de lidar com toda a certeza que obviamente todos os futuros nos trazem para dentro deste tipo de projectos. ACÇÃO é aquilo que nos prende ao presente, e nesta co-produção no tempo.

Um processo de regeneração urbana que não assegure vontade Política, que não assegure um sistema de regras de confiança entre os vários intervenientes e sobretudo que não assente numa base de compromisso, ou seja, a malta saber exactamente com o que é que pode contar, não tem de contar com tudo, tem é de saber com o que é que pode contar, será um processo que terá alguma dificuldade em



concretizar no presente, aquilo que é a ponte que quer fazer entre o passado e o futuro que quer para estes territórios.

Esta Co-Produção no espaço, seguindo a mesma lógica, traz-nos a capacidade de aprender com o passado, aprender com aquilo que nós temos; a capacidade de poder pensar a transformação e sobretudo a capacidade de perceber qual vai ser o justo balanço ou qual vai ser o balanço que se deseja entre o que nós queremos que persista (não confundir as persistências com as resistências), que nova identidade é que nos queremos criar em cima dela e quais são efectivamente as coisas novas que nos podem ajudar a continuar a alimentar esta processo, que para estar vivo tem de estar em permanente alteração. O GENERARE remete-nos precisamente para a concepção em termos de espaço, a reflexão do que são as funções, os usos, as apropriações, as vivências, e sobretudo a forma como se pode lidar com tudo o que pode ser um processo criativo, de criação efectivamente de coisas novas, com um processo de inovação social que iremos ver à frente, que tem uma exigência particular que é o de poder generalizar dados criativos em processos de transformações das relações nos territórios. Em terceiro lugar, do ponto de vista do espaço, tem a haver em como é que nos ligamos com as diversidades que existem nos territórios, com a ligação das propostas com os quotidianos, como é que nós ajudamos a uma proximidade maior, e como é que nós efectivamente conseguimos construir as condições para poder colaborar uns com os outros e para poder desenvolver os tais compromissos de acção que podem levar a bom termo as actividades. Ou seja, se nós entendermos um processo relacional generativo, não linear que tem uma transformação em vários tempos, podemos perguntar também, então que tipo de planeamento é que nós precisamos para isto.

Nós não nos podemos esquecer porque é que os instrumentos de planeamento com os quais normalmente trabalhamos, são instrumentos que pressupõe linearidade de tempo e controle de um promotor;

ora, se nós entendermos estes processos como processos colectivos de Co-Produção, e que o tempo não é linear, podendo haver avanços e recuos, nós temos de parar e pensar, “será que são estes instrumentos de planeamento que precisamos para este tipo de dinâmicas?” Se levarmos isto à séria, vamos perceber que há sempre uma tensão enorme entre o que é a pressão de uma gestão linear de tempo, depois da exigência da capacidade de lidar com estas co-produções. Sabemos que são lentos, que têm plurais e que têm gerúndios, e portanto isto faz-nos questionar que territórios, que futuros é que nós queremos, mas sobretudo que visibilidades é que nós precisamos. Estivemos aqui de manhã a falar sobre o potencial da materialização através do trabalho que vai ser feito em espaço público.

Mas estes processos, se são desta natureza, vão ter de exigir que nós também relectamos sobre que partes é que este colectivo quer que tenha visibilidade e precisa dessa visibilidade e que partes é que precisam de um recato; porque trabalhar estas dinâmicas, muitas vezes também precisam de recato, e portanto não é um jogo imediato, é jogo que muitas vezes, cria muita dificuldade e muito engulho, que nós precisamos que tenha visibilidade e conquistar a capacidade mobilizadora de alguns parceiros, mas por outro lado há a necessidade de recato e de um espaço de maior consolidação que não é compatível com esta exposição tão mediática.

A terceira questão que eu trago para aqui, decorre do facto de nós entendermos estes processos como não espontâneos e altamente exigentes em termos de lidar com esta diversidade toda na proximidade. Este território pode ser visto como uno de um ponto de vista, mas no fundo tem muitas coisas lá dentro que são diferentes, que vivem e co-habitam na proximidade, como é que nós conseguimos efectivamente aprender a lidar com esta diversidade na proximidade; acho que nós todos sabemos lidar com a proximidade desde que esteja muito no quintal do vizinho, mas ali, como é que nós aprendemos todos a lidar com esta proximidade, e isto, na minha opinião faz-nos questionar sobretudo que lideranças e que

“governance”, que sistema de “governance”, de sistema de ligação entre os vários intervenientes é que nos vamos querer implementar, porque sabe de certeza quem esta nestes processos que não é carregar num botão, que não é gerir um processo e que desenvolve um processo de “governance” e portanto então como é que é? Como é que nos podemos efectivamente desenvolver e consolidar aprendizagem e conhecimento de forma a poder também ser disseminado para outro tipo de projectos, na forma de exercício desta liderança, e na forma de construção deste sistema participativo e de “governance” e de envolvimento de toda a gente. Portanto, se nós considerarmos que um processo de regeneração urbana nos traz este desafio de agência colectiva, e de ser um processo de transformação e mudança e não é só da cara do bairro; é um processo de transformação e mudança das relações do jogo de poder que está em cima da mesa. Há muitas relações de poder nos territórios que estes processos, para serem inconsequentes vão mexer nelas, vão mexer em coisas muitas vezes sagradas e portanto, é natural que isto crie tensões.

Eu identifico basicamente, quatro grandes grupos de tensões; o primeiro grupo de tensão é um grupo conceptual; nós estamos dentro de processos, a utilizar alguns conceitos que nos deixam cansados, mas a exigência desta promoção colectiva desta transformação, não é propriamente igual a como nós estarmos habituados a pensar que há um promotor que depois vai mobilizando; não é bem a mesma conversa, e portanto nós precisamos de visitar estes conceitos; ao nível político poderemos ter e presenciar, ao nível de tensões quais as necessidades que são identificadas, que motivações, que princípios, que valores, que vontades, é que estão em cima da mesa na mobilização destes processos. Ao nível existencial, ao nível da forma de como tudo isto se expressa nos territórios, capacitação para a mudança, o tipo de esperança ou não que pode existir, e ao nível operacional que normalmente é o que preocupa sempre um bocadinho mais estes pontos/regras, que instrumentos é que nós utilizamos, como é que

nós vamos gerir ou determinar uma coisa, quem é que vai decidir o quê, como é que nós tomamos uma decisão entre o que o técnico acha bem e depois uma opinião completamente diferente da população, e portanto é aqui que muitas dessas questões se jogam e que criam efectivamente muitas tensões.

Ao nível da inovação social, nós temos de ter noção de que nós só podemos falar de inovação social quando nós temos uma aceitação ou reconhecimento colectivo de que há uma necessidade de mudança, ou seja, não chega haver um que quer mudar, é preciso realmente haver uma consciencialização desta necessidade de mudança e que inovação social efectivamente vai mexer nas estruturas das relações sociais e de poder. Isto é um requisito para o qual eu alerto; inovação social não é o pôr uns painéis solares que fazem energia – não é isso – portanto, a inovação social é muito mais que isso, vai mexer na estrutura.

O Empowerment tem a ver com compromisso, o envolvimento de todos. Há um conceito que eu gostava de trazer, que é o da resiliência transformadora. A resiliência, é um conceito muito novo, que toda a gente ultimamente fala dele; é a capacidade dos organismos, perante uma ameaça, perante um abanão, não perderem a sua estrutura, e muitas vezes, nós confundimos porque achamos que é a nossa identidade, mas mantemos tudo na mesma. Nos processos de regeneração urbana, o conceito de resiliência transformadora, é a capacidade de, sem perder a sua estrutura poder encontrar novos equilíbrios perante o estímulo da transformação que advém desses processos. Isto de facto é um processo que muitas vezes se confunde com resistência, sendo nós sempre os últimos a mudar; esta resiliência transformadora é portanto muito resistente e é um conceito bastante interessante para poder ser trabalhado nesta sua dinâmica, na incorporação da abordagem da regeneração urbana.

E por último, o pensar à séria o processo de governação; tem a ver com a transformação e a mudança do quadro institucional das relações de poder, a governança colaborativa, o decidir quem tem a legitimidade



de decisão. É um processo que demora o seu tempo a construir e que não é propriamente líquido nem fácil assim de repente.

Nos processos de regeneração urbana, há umas perguntas que nós precisamos mesmo de fazer, podemos fazê-las no início, no meio, no fim, mas precisamos mesmo de as fazer, e uma delas é, ter sempre claro qual é a criticidade que pretendemos regenerar, porque a definição dessa criticidade pode-nos dizer muito sobre efectivamente qual vai ser a orientação, o trabalho ou a capacidade mobilizadora para a sua concretização.

Que critérios é que utilizamos na identificação/definição de bairros críticos? O facto de ser um bairro de ciganos pode ser considerado como um factor crítico, ou uma potencialidade? É a degradação do espaço físico? É o quê, que nós estamos a identificar como um factor de criticidade? Quem, e com que grau é que esta definição é feita, ou seja, com que hegemonias é que nós vamos ter para que o facto de entenderem que isto é crítico, vale mais do que outros que não entendem que isto é crítico; porque nos territórios, aquilo que uns consideram crítico, haverá sempre outros que não o consideram. Portanto isto é sempre uma questão em cima da mesa. O esclarecimento/clarificação do que é a criticidade que tem de se regenerar.

Segunda questão, que se prende com as perguntas que pus à pouco é qual é mesmo o tipo de avaliação que utilizamos, e o tipo de monitorização que fazemos? Porque efectivamente, a quem serve este planeamento e esta avaliação, para que serve, quando e como é que lhe damos importância como instrumento de acção? Porque muitas vezes num processo de planeamento e num processo de monitorização é muito confundido com o processo da Countability das tais candidaturas que nós apresentamos. Quando nós temos projectos em varias fontes de financiamento, como é que nós conseguimos transformar o processo de planeamento e de avaliação com efectivos instrumentos de acção, não é líquido que ele

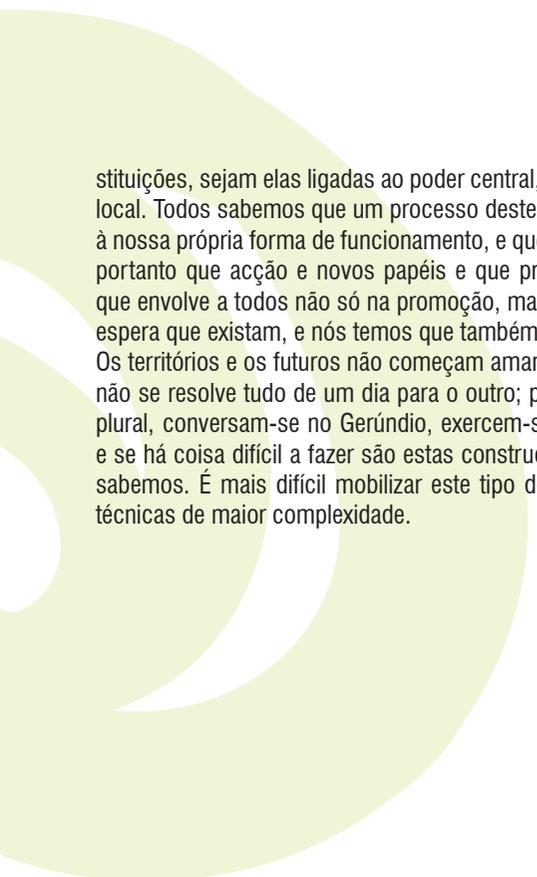
aconteça muitas vezes e o mais frequente é que ele fique reduzido aos processos ou de formatação de candidaturas ou de prestação de contas dessas candidaturas.

Outra pergunta que eu acho que é muito importante que nós tenhamos sempre em conta nos processos de regeneração é, qual é a ultima utopia de mudança que nos une e mobiliza a todos nos nossos territórios? Quantas vezes, que recursos e como é que nós dedicamos espaço e tempo à construção e clarificação desta utopia? Temos a certeza nestes territórios, que aquilo que é a nossa utopia, aquilo que nos mobiliza num determinado processo é de facto partilhado por toda a gente.

Uma quarta pergunta que eu deixava, que é, qual é mesmo o poder que está disponível para ser partilhado e que existe como recurso nos nossos territórios; qual é a transformação nova a que estamos disponíveis. Nos estamos disponíveis com estes processos, sempre para que os outros se transformem, mas qual é efectivamente o papel que cada um de nós tem de diferente e qual é efectivamente o grau de transformação que nós temos disponível, e qual é efectivamente o grau de poder que temos, ou não, mas que estamos disponíveis para partilhar. Quem, com que regras, que compromissos, com que instrumentos, com que competências.

Quinta pergunta, qual é o colectivo que nos guia e nos motiva na mobilização de vontades e na disponibilização para as mudanças necessárias? Qual é o colectivo? São os sócios da minha associação? São os moradores do bairro? São aquela comunidade que eu acho que é mais fragilizada relativamente às outras? É toda a gente?

E qual é a mesma acção e os novos papéis que nós estamos dispostos a construir e preparados para experimentar. Como eu disse, estes processos de regeneração a serem verdadeiramente efectivos não vão transformar apenas os territórios em que nós estamos a intervir; eles vão-nos transformar a nós enquanto técnicos e como pessoas e vão sobretudo fazer exigências de formação às nossas próprias in-



stituições, sejam elas ligadas ao poder central, sejam elas ligadas ao ensino, sejam elas ligadas ao poder local. Todos sabemos que um processo destes levado à séria, mais dia, menos dia nos coloca questões à nossa própria forma de funcionamento, e que isso faz parte do processo de intervenção nos territórios, portanto que acção e novos papéis e que preparação para aceitar e desenvolver esta transformação, que envolve a todos não só na promoção, mas também na consequência que dá para encaixar e que se espera que existam, e nós temos que também estar preparados para isso.

Os territórios e os futuros não começam amanhã, quanto mais complicado, mais cedo tem de começar; não se resolve tudo de um dia para o outro; percebemos que se conjugam no presente, afirmam-se no plural, conversam-se no Gerúndio, exercem-se em proximidade e por isso constroem-se no colectivo; e se há coisa difícil a fazer são estas construções colectivas, como todos, que temos a mão na massa sabemos. É mais difícil mobilizar este tipo de processos do que arranjar as vezes algumas soluções técnicas de maior complexidade.



A Reabilitação de Bairros Degradados



Prof. Doutor Arqt. José Barros Gomes

Universidade Lusíada de Lisboa

Ora bem, venho por este meio falar-vos sobre uma metodologia de Reabilitação Urbana Sustentável. O Conteúdo desta análise tem a haver com uma avaliação de sustentabilidade e uma metodologia para a reabilitação; este é um modo de desenvolver e interagir no território existente e recriar o desenvolvimento das populações nela inseridas, como um processo de desenvolvimento que é.

Esta análise incide sobre o estudo de sustentabilidade em bairros degradados, cujo conteúdo tem a haver com a avaliação da sustentabilidade, no ambiente construído e um esquema/metodologia para reabilitação através de sistemas de indicadores.

A Reabilitação Urbana é o modo de intervir no tecido Urbano existente, procurando recriar o desenvolvimento social das populações nele estabelecidas, tendo a preocupação de manter a comunidade no seu espaço/vida colectiva melhor, mantendo as raízes do passado (memórias) vivas para que com base nelas se vá construindo o futuro.

Porquê reabilitar o ambiente Urbano Construído?

Em 1900, apenas 10% da População Mundial vivia em áreas Urbanas; presentemente, aumentou para os 50% e em 2025, 75% da população mundial viverá em áreas urbanas, aumentando ao ritmo de 250.000 habitantes por dia em termos globais. Este número equivale a uma cidade de Londres a cada mês que passa, o que origina, como devem imaginar a concentração proporcional, que por sua vez dá origem a uma série de problemas que todos nós vivemos todos os dias; exemplos disso é a produção de lixo de Tóquio (chegando aos 20 milhões de Toneladas); ou o congestionamento de tráfego em Londres, que causa mais poluição atmosférica hoje do que a existente na época da queima do carvão, anterior a 1956. No fim, podemos afirmar que as cidades são, no fundo, as grandes causadoras dos problemas ambientais. Para a Reabilitação Sustentável de uma área Urbana ou bairro degradável é fundamental seguir os princípios da Agenda 21 do Rio de Janeiro de 1992; analisar o ambiente construído, os aspectos

relativos ao modo de vida dos seus habitantes, para tal é necessário construir um sistema onde os seus indicadores sejam específicos para essa área ou bairro.

Para avaliar/analisar a sustentabilidade do ambiente humano construído é necessário especificar dois métodos de avaliação. O método de Observação Directa (Qualitativo) e o método de Levantamento de Dados (Quantitativo).

O primeiro inclui acções como a observação directa, a classificação do ambiente construído nos seus vários aspectos, a observação da vida dos cidadãos a diferentes horas do dia, tráfego de veículos, entre outros aspectos, como toda a actividade humana e o levantamento fotográfico dos lugares ao nível da rua, entrada de edifícios, fachadas, áreas de laser, etc. Resumindo, tudo o que possa ser fotografado relativamente à área, e onde nós queiramos fazer incidir o nosso projecto de reabilitação.

Convém que o estudo seja efectuado a diversas horas do dia, por forma a nos inteirarmos exactamente sobre o que é que se passa, redigindo de acordo com uma lista, para nos ajudar a perceber determinados aspectos, como a qualidade do ar, do ruído, da pavimentação das ruas; se a pavimentação está em mau estado, se é razoável, se a rua está bem pavimentada atribuímos uma determinada nota (nota 3, por exemplo é considerado Bom); quando vemos a iluminação Pública, temos obviamente de ir ao local à noite, etc.

Seguidamente temos o método de levantamento de dados (método quantitativo), que primeiro, pode e deve ser baseado em dados estatísticos, ou através de indicadores seleccionados para os respectivos casos de estudo; esses indicadores darão origem a listas de indicadores, dos quais retiramos os chamados “questionários”, que servem para fazer as entrevistas directas aos cidadãos, devidamente estruturados com base nos dados estatísticos e nos indicadores seleccionados.

Qual o critério que nós devemos seguir para a selecção dos indicadores a utilizar nesses questionários;

já que cada zona tem as suas particularidades?

Os elementos têm de ser representativos, de fonte válida e viável, a partir de dados existentes de fácil e inequívoca interpretação (caso os dados não sejam fáceis de obter, teremos de deixá-los para trás e recomeçar um novo), fáceis de actualizar, relevantes ao grupo a que se destina e comparáveis com os indicadores utilizados em situações semelhantes.

Quais os indicadores a seleccionar?

Cada caso é um caso e o grupo de estudo deverá, após observação do local, obter os dados estatísticos ou a participação dos cidadãos a elaborar um sistema de indicadores para a zona a reabilitar. Não se deve esquecer que o processo de avaliação é tão importante como a eventual aplicação dos indicadores em si. Há que decidir quais os indicadores a escolher; obter a informação com a qual os mesmos se constroem, divulgam, actualizam e revêem.

Esta é uma lista de indicadores, elaborada por mim, que é um caso de estudos na zona da grande Lisboa; esta lista foi pensada com a ajuda de uma série de pessoas ligadas a várias zonas da Câmara da Região Metropolitana de Lisboa e também um painel de indivíduos especialistas nesta matéria de vários pontos da Europa devido a um programa de Investigação a que eu estive ligado e que me permitiu partilhar informação e recolher opiniões sobre o nosso caso. O “produto final” ajudou-me a elaborar uma história, que esta relacionada com assuntos de qualidade ambiental, consumo de Recursos, Saúde e Segurança, uso privado de Transporte (opinião acerca de transportes e sua privatização) e mobilidade (problema importantíssimo); este tipo de dados são de fácil acesso, e as pessoas respondem com todo o gosto, permitindo-nos obter toda a informação para implementar os programas de acordo com o que as populações pretendem; de seguida, temos outra condicionante, que é a qualidade da habitação, que contém uma série de indicadores, tais como o número de quartos, a ocupação da habitação, qual a opinião dos

futuros habitantes, os problemas construtivos que eventualmente possa ter e toda a componente Social, que é a área mais difícil de resolver neste tipo de intervenções, porque como costume dizer, reabilitar o ambiente construído é fácil desde que haja dinheiro, nós reabilitamos os prédios todos, pintamos as fachadas, pomos caixilharias novas, canalização nova, Wi-Fi no prédio, arranja-se uns jardins, faz-se o que se quiser. Agora, depois de resolver o problema dos habitantes que lá moram, é mais complicado, e aí é que estão os chamados problemas da questão.

Para que nós consigamos ter o mínimo sucesso, já não digo sucesso pleno, mas o mínimo de sucesso para um programa de reabilitação, há que dar com várias pessoas, de áreas distintas (Política, económica, Social, Tecnológica, Legal). Sem a concordância das pessoas destas 5 áreas torna-se difícil desenvolver um programa de Reabilitação, ou seja, ele pode-se desenvolver, só que aquilo não vai dar a nada e nunca mais ninguém se entende.

Uma metodologia Tipo para uma Habitação na Arquitectura Sustentável, tem um ciclo; primeiro, há que delimitar (com uma linha Vermelha, ou cor de laranja) todos os intervenientes (as 5 funções atrás); a segunda acção é a programação/Calendarização preliminar de informação à participação Pública; a seguinte, tem a haver com o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade aplicado à área urbana de intervenção; seguidamente, elabora-se o levantamento do ambiente humano construído (aquilo que nós vimos ali atrás – Inquéritos, questionários aos habitantes); a alínea 5) será o registo e análise de todos esses dados que nós vamos obter; o 6) será a comunicação pública alargada e discussão com todos os intervenientes, habitantes e utilizadores, ou seja, depois de nós termos feito esse levantamento todo, vamos outra vez, ou para a junta de freguesia, ou junto do bairro ou de um equipamento qualquer que o bairro tem, onde as pessoas juntam-se todas com os indivíduos que estiveram a estudar estes assuntos para debater/discutir e mostrando a toda a gente quais os resultados que obtiveram da pesquisa.



Depois, são referidas as acções de intervenção a ter nessa área urbana, continuando sucessivamente, implementa-se tudo isso e continua-se a pesar os resultados das acções que estão em curso, analisam-se novamente os resultados; os sistemas de indicadores, eventualmente terão de ser revistos ou não, ou terão de ser acrescentados alguns e tirados outros tantos (conclusão retirada consoante o local), e continua-se a monitorizar as acções de intervenção, ou seja, em termos de diagrama, é qualquer coisa deste género, (Diagrama do ciclo de Reabilitação).

Depois, para que não haja problemas, temos de ter certos aspectos em boa conta para uma reabilitação sustentável; o ciclo de reabilitação não deve ser interrompido, caso contrario o processo pode extinguir-se, ou seja, há que ponderar antes de dar inicio as acções da reabilitação sustentável, para que estas não venham representar a perda de recursos sociais, económicos, com toda a carga de frustrações inerentes, ou seja, se nós não temos aquela convicção, se não criarmos todas as condições necessárias para avançar com uma coisa daquelas, mais vale esperar para o ano ou daqui a dois anos; a pior coisa que há é as pessoas chegarem à conclusão que aquilo afinal foi um “flop”, as pessoas depois começam a não acreditar e ficam descrentes.

Para mim, um dos melhores exemplos de de uma possível reabilitação sustentável, é o projecto para a vila de Porto Brandão. Hoje, a sua actividade resulta do movimento pendular de pessoas que passam diariamente pelo seu cais, ao utilizarem os ferries que atravessam o rio, de e para Lisboa, transformando-a num parque de estacionamento sem critérios, que invade ruas, praças, melhor dizendo, todo o espaço publico.

Teve variadíssimas consequências: degradação do ambiente construído, interactividade social afectada ou seja não é mais que um local de partidas e chegadas. Para este projecto de Reabilitação tencionamos aplicar a seguinte metodologia: Levantamento e recolha de dados, observação directa, recolha de dados estatísticos, questionários a moradores; análise de dados; resultados; discussão (Especialistas, moradores e utilizadores); Conclusões; Recomendações. O questionário a moradores tem de estar suportada por um painel de especialistas.



Exemplos de Bairros Contemporâneos a necessitar de Recuperação

- Bairro de Chelas: Problemas na concepção dos bairros – pouco cuidado com a execução de bairros sociais: Criação de becos perigosos... Grafitis – quanto maiores mais balda existe no bairro

- Bairro Pica-Pau Amarelo (Almada): Já foi reabilitado, mas os aspectos sociais são difíceis de resolver e a falta de dinheiro não ajuda.

- Projecto de Reabilitação Sustentável da Vila de Porto Brandão: Porto Brandão é uma Vila que tem um pequeno Porto, na margem esquerda do Rio Tejo, Almada



**The SURegen - Delivering
effective tool for decision-making
on urban regeneration**



Professor Stephen R. Curwell,

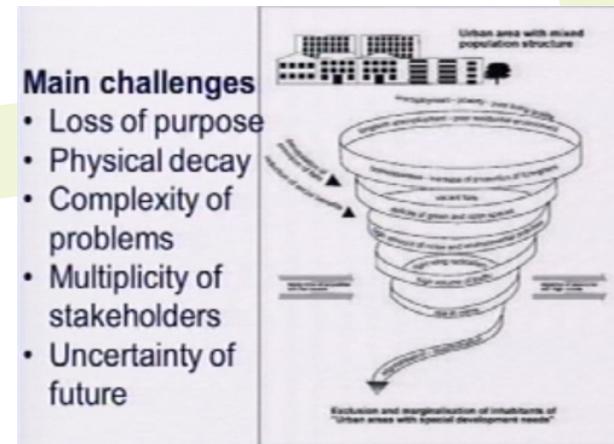
Head of the Design Directorate School of the Built Environment University of Salford

I'm very sorry, but I have to speak in English. It's always a pleasure to come to Lisbon; you have this wonderful Country and I wish to bring best wishes to Quinta da Mina, the "city of the Sun"; From Manchester, the city of the rain. So, I'll be focus on the experience that we have in greater Manchester and some of the other Northern Cities in the UK, where we had a number of serious problems on industrial decline over many years. I thought it was worth by going back on Roberts and Sykes (2000) to actually understand what Urban Regeneration is, and if you thought this phrase together, I leave you to read it, but the key thing about it, is Political act, and if you as a technetium, I'm speaking now with a lot of architect and planers and people who work for local authorities or community, if we do not understand the politics of it, we won't get anywhere at all, we going back time to this at sometime later.

Obviously, we understand from a technical point of view the problems of the decline of places, and there are some people who say we have to have this cycle of growth and decay; an actual fact places on the down wood path or In the bottom of this spiral, create the innovated places for the future, because is places where simply red (the band, if you remember) they could have a very cheap space to make themselves a recording studio, now they couldn't have afford it to be in the city center, Manchester, otherwise from being in these cheap building there they occupied; and this is happening steel. So, we have to think a little bit more in a sophisticated way about what we want from living regeneration and, you know, dealing with this loss of purpose the physical decay the complexity of the problems, the multiplicity of the stakeholders and the insanity of the future, because that's the key element.

What's this regeneration for? Who is it for? And once we start to understand that a little bit, we might be able to say how we know it's successful. Is it, the fact as we as the architects we got a nice award, you

know, I won a competition once for pedestrian scheme and, you know, I was very pleased, so young guy at the time, and very pleased to have this award. Is it last pollution? José is going through all the indicators, which are very important to think about. Is it happy citizens? What is a happy citizen like? The end of the long day listening to some English professor come and talks to you in English; you deserve medals, but I don't think necessarily that you're very happy. No money, a job; are these the key factors; no crime where I live. A place to park my car, whither at home or at the office. The motorcars become an extension of human body i think, but that's a lecture for another day.





Is it the fact of the local politician got reelected? Because the people thought what they did is a good job and its make this place better or is it the national government say it's great and is it what we think about Manchester in Britain, when not having to spend so much money right now, trying to deal and treat with this difficult problems and buy a large that people in Manchester don't go writing causing trouble. So, how do we make these decisions? How do we decide when we making this possible interventions. How do we decide and what tools do we use? Well, I'm a fraud because this title I can't talk to you about affective tools. I can talk to you about so many things that are been successfully in Manchester, but we steel don't quite understand; completely understand why some of this being successful and some other parts are been less successful? The key thing is that we don't know when to measure. Do we measure like now? When the design face, the things of Quinta de Mina? Do we measure in the end of the construction, if we going to do some construction? Or is it in ten years time, in the future? After ten years is gone by. And what do we measure? Jose is talking about some of the things that we measure, we measure all of those things, we spend much time measuring as we do on doing it. Because if you want happy citizens, you send them to News Aires three times a year for nothing, and they'll be much happier, and it's much cheaper to do that, then it's to spend all that money on regenerating there area; that's a key thing to remember.

So, who is it for, and how do we going to measure? On the think, In Britain, for the last twenty more years, the predominant focus has been on unemployment, getting people into work. With the new conservative liberal government that focus is changing; it's more about just developing the economy, the local economy, hopefully then an employment will go down, but it's not directly to unemployment. So, the sorts of things I want to use in the background of this talk, is about the de-population in the

post industrial cities; Lisbon is not suffering for de-population, but a lot of cities in Europe are, and they got lots of empty buildings, and some of those are going into serious decay.

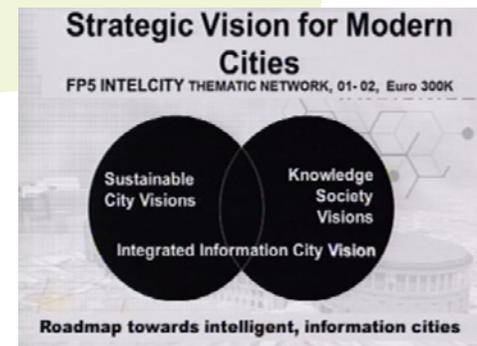
We had an excellent presentation from Maria about how we can start to use knowledge to started tools, to help us perform this process. José was referring to sustainable development and the ideas of assemble communities, but it also is in British cities what we called a hard to reach places, communities we've seen absolutely resistant; you can spend millions in there and steel things don't change. And that's a problem for the national politicians.

So, I want to begin by talking about a newest Manchester, or in terms that why am I talking about newest Manchester; one of the key means by communicate successful, is trough study cases, and the work that we don't communicate, in the UK as shown that as professionals we like to read all the richness around why is doing that way, and so, case studies are one of the means by which we could set up a more formal measurement of these things. And why have we selected this newest Manchester, the formal adapter prime Minister on the UK from the last government; he described Manchester as a Regeneration Capital of the UK; why was that? Things seems to be getting better in Manchester, it's a better place to live. A lot of it been rehabilitated in the city center, if you go now, I brought a Professor a few years ago have been much of a twenty years, he was amazed, so why is newest Manchester been successful? Well, what happen is that public on the private interest, investors and the local authority set up a separate company, and so it was take a little bit a way from direct political control, and made more into an organization which had to gain income itself, because there was a lot of Regeneration income in the UK; is a competition, you have to bit for it, you have to put for a good case to get the money. So, we're talking about this part of Manchester. The red areas, the city center – to know where my office is, it's just a little bit near in the left town arrow.

Major disaster: sixty percent loss of the employment, thirty percent loss of population in this area in east Manchester, complete collapse on the housing Market, lots of people that there houses don't worth nothing and they couldn't sell them; very low skills, less very high crime; poor health as measure by a wide range of indicators that jersey has just been measuring. Fifty two percent of house sold receive self-benefit that means there whole income becomes for the state trough various benefits. Fourteen point two percent of unemployment. What else has been successful? Well, there was drivers which helped regenerate the area, and one of them was the common wealth games in 2002 and here we've got great stadium that was built for the common wealth games and it's now occupied by Manchester city, I'm trouble motor-ing that word because I'm a red, but never mind. I've been there when the games was on, but not since. The other thing was obviously the range of government initiatives, a lot of those will end in young people. And then, there were some heritage assets and the picture down in the left down corner is the picture of the very first steam mil, the first building ever that has a steam engine to drive textile machinery. But there other thing successful in newest Manchester is the way there able to use all these initiatives. Now won't go in all of those in detail, but some of them about education, some of about employment, some of them about just physical improvements, some of them about environmental in genre twenty one, some of them about health improvements. What is the regeneration common and successfully doing, is bringing this initiatives and linking them together. So instead of doing separately for something unhealthy, they link the things together much more affectively, so they got it, as the Americans say, a bigger bang for every book, and that was one of the key things we now recognize, and that is what we recognize as one of the key success factors in newest Manchester.

So, this is where the stadium arrived, was a steelworks before; this is an old installation Hospital, when people went tab TV; It's now a new office complex; this is some of the housing and in the area they built a

lot of the new lowering housing to meet the new standards, there are some preferable at all industrial uses that was open up, now it is also being inserted along this way on a lot of the existing green space is in very poor state and that's been improved. So, in terms of a number of the issues, older gold monastery, it's been made into big conference center and finally the steam male is a whole new apartment complex. So, that brings into a close juxtaposition, this idea that case study is a way of which we want to learn and, you know, is one of the means by which we need to develop these idea of a case study and regeneration and make it more effective, the problem we have is that the politicians won't allow us to have unsuccessful regeneration project, is politically unacceptable. There are less successful regeneration projects and more successful regeneration projects, but there are no unsuccessful regeneration projects, because we cannot spend public money on something that isn't a success. That's the type of issue, that how we use case studies and the danger is, in the way that I just showing you now, you look back at it, and we only



see the things on being successful. And so, these objected measures are steel difficult to secure.

Now, I want to say a little bit at network knowledge to started, because it is one of the name drivers and it's been there explicitly a mean driver at newest Manchester it's been there implicitly and we Mitchel some up this issue about the knowledge started and change the way how things work, and I think that we still don't understand, those are in the Architectural design profession; what type of built environment we're going to need when more stuff happens in virtual space. We'll actually want more meeting space time and we need less because we are all talking to each other in Facebook; it's already showing or already getting the fact that people are traveling more, because they can have friends all around Europe and all around the world and the cost of air trouble is going down so people just taking advantage about it. So, these are important areas researching my view which impingent in what we want to do and the European strategic vision remains right here in Lisbon; back in two thousand, still remains there; it's the sustainable knowledge society which is driving these in Europe. And I was fortune enough to do the road map to all the intelligence information cities and that influence in some of my thinking about what I want to say to you today; I'm not going to do well on this Diagram, but it starts to talk about how cities could be more intelligent in the way that information is used, and this will end support and type of indicators that José was Talking about which in the moment cause we have to collect information almost every time we do it for each regeneration project, it cost too much. If the cities could start to collect proper information, use the intelligence to what's going on in the city, automatically the information, then the information could be available to us, to make better decisions in what we had to do it. This is a bit of a vision of my own but it is physical to do it. But there other aspect of the society is the fact that lots of people excuse it. Who's on Facebook? LinkedIn? Who uses the Computer every day? Put all your technicians and expected to be able to do it. If this was a group of citizens, if we can get half if so they now in the future, then you do it pretty well, in Manchester. So trying to use this virtual space is a big problem. So, what I've been successful in

Manchester, what's actually successful in Manchester is the simple reserve, because what is done, what I've did the internet on the page you go bases, has you might know, if you don't have a credit Card (all the people in newest Manchester don't, because that's too poor), then you can't get the Internet, and so what we did in newest Manchester was this last prepare system. They offer their own internet, and when you've got some money in get off. Lots of kids, from poor families on the internet in newest Manchester end the possibility of them getting their jobs opens up from that eventually. Two of them going up to do a journalism course that it was offer in the place and they have had stories about their community in the local press in Greater Manchester, which are reversing the negative view of this place because the productive stories get back the improvement that's happening in the place. So that links in other thing that we begin to understand about good regeneration, successful regeneration is that we can manage the media effectively, and I couldn't follow everything it was said earlier, but I didn't see in the agenda all people there, the guys from the press, the local papers, so many things. We begin to understand in Britain, and we going to get them evolved as well. Now, the other problems, that we have is also the technicians; one of the things that we recognize in the UK, is the regeneration skills. We don't know really how to do effective empowerment – we bring people to meetings, to show them nice drawings and we ask them what they think, and I tell you now, we put the drawing outside on, they wouldn't notice; because we were talking another language, when we talk about architecture stuff. Most of them won't follow what we're talking about unless they very skilled that engaging people, and one of the things that my project's talking about is how we can take this case studies, put them in the management system and make them available to all the professionals to learn from the experience of all the projects, experiments of all the professionals in other projects.



We have this idea of having this regeneration; which this information, and what tools this is available, and what this helped you look forward, in social built environment, economic terms, you can have your dash board, telling how well you've getting on, but more importantly, you got a review mirror, because that's the key thing, and what's wrong with this is there is only to hands on the steering wheel, as we know, in regeneration normally is about two hundred, if you want to engage all the stakeholders effectively. And so, we begun to understand the regeneration process better, there was a sort of general process that this isn't linear, I agree, this is got a few steps, each stage, there's a lot of alteration. And this was a picture of regeneration the best that we could get in Europe in sort of two thousand, in terms of what was accepted by the technicians of cells, the architects, the engineers, the planners and the types of evaluation we might do different stages, but my car working in the UK, is showing actually that the decision's taking before diagnosis. We have this stage were the politicians and some of the local community members, some of the influential stakeholders, the ones who have the land, the ones who've got money to invest; they come together and buy large, the overall strategies from theses descriptions and often times the diagnosis is actually read, how could possibly create on that? But Is actually made to fit what's decided, and I've been frustrated as a regeneration professional been forced into straight jacket to trying - I really know what's wrong in this place and so that's what we're going to do. That type of political vision is very important, that's why I started to say that you must to understand the politics in your place, because the types and tools that been using evaluation there is very different from the one's that we might use in normal technical terms. I'm sorry I'm not explaining this slide in terms of MCA's, criteria analyses, future's message. We're touch down, but I think the situation is very complex, full multi criteria analyses regeneration has been invented, I think we can afford to do assessment in every one of this stages because it means that they actually design fermentation process too expensive.

So in terms of the art tool, there's a learning support module on the decision support module, and in the decision you can have a work area, but behind all this is a knowledge framework, for those of you, teachers that begin to understand that we have to get in the library, how you know where to find things in the library and this is the knowledge frame we've developed for regeneration expect to previous work that it was done on the sustainability in previous European Projects, is a development of it. This is a picture of the interface, not sufficiently assure of it as a tool is steel to development; I wanted



to do a live demonstration; but over here we have the Regeneration process, over here you have guidance for each step in it and here you are able to record decisions that you might take or information who is relevant to making those decisions. So, we have a linear process, because it's very difficult in IT terms to make it super flexible, you can adjust this to suits a particular authority or a community requirements, and in the advice notes, we've been testing that with various professionals and they want to see that shorter and more simple, so it's like knowledge that is easy to use and disseminate, and then you can develop a program in the work area and in that work area you can access of the tools one of my other University partners; this is developed in the University of Dundee, and here, the type of indicators that José was talking about can be used on Radar graphs (this is useful in the visual professions but also to show to citizens), and you can link English directly, this is the Index of multiple deprivation in the UK, you can draw dates from that and send it back to it. But more importantly on these types of tools is that you can get measure people's opinion, and José is making this point in the people have to be engaged to the indicators; if they don't then they won't work. You can add it on an interacted work or online citizens can wait the importance of the issues in the area. So, the SURegen website is down at the moment, I could give some kind of sort excuse, but we've actually been hacked by Russian Hackers; i don't quite understand why such website important to Russia hackers, but never less it is pass out our security and so we have to clean out for the moment. But I just wanted to jump forward to some changes that happen on the UK; the big problem that happen in the UK is the High street and development in here shopping and the damage that having in the streets and, you know, cities but back to the case studies, bring it in the conclusion; this is the List of politic things that newest Manchester said so in seven years and noted that here in Quinta da Mina the program is for three years. Right experiences, you have to look at these things over at least seven to ten years in order to push it forward to be effective after sustainable regeneration initiative. How to reach places, here is Chapel Street you can see on the right inside, just below my university; burned out buildings, when I

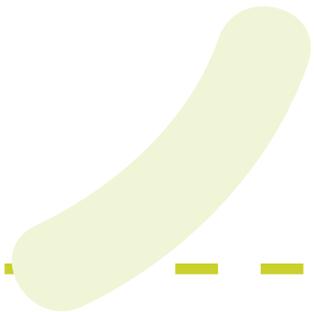


bring people from, you know, the developing world, completely amazed that we've got such places in a more affluence city and of course, they have the usual things that you have to expect in terms of pictures to present the vision, but the key element there this major road is to reducing the traffic, and that work's just completed and so, the construction of all this new buildings along this side is going to start; but what I wanted to come to words an end just to start to tear up an argument with Rodrigo is the big problem about this area has been the heritage. We have this heritage buildings which to shown here in red; they being there so long their being burn out things then this is a weakness of a protection system; this heritage buildings which only in my opinion, average quality, they are important to the people with memories of the area, who worked and lived in the area before, but they have prevented a lot of investment in this place, and delayed regeneration in years and years. People in



Britain are investors; if they see people with heritage badge on some of these schemes, and if you go to France (for example) is even better than here in Lisbon; the heritage in France is actually stemming, the economic health in the city. Tourism ruins everything, and France if it's not careful will become vanish, as a museum; which everyone who live in the city there only source of income is in Tourism and I don't think that's healthy in a longer term for ways that it should be. Now, the previous government set up the commission for Architect environment in the UK, and they've done some good work, and there resources a large is steel available even doe the new government is coming and change the policy direction, but I think the quality of every design is been a major factor for them so, when I thought a lot of facts issues that doesn't mean to say that I'm not interested in good design, it is steel quite important. If buildings are good, people appreciate them and look after them better. And so, it is actually a sustainable for me, good urban design; but what we're now having in terms of urban regeneration must applying in Britain is this concept to a big society where major emphasis is being put on bottom up and we have a new planning framework where communities have to develop their own plan, if they don't have a plan which recognize it some of the pressure on that area, so for example, some affluent suburbs tent to say they don't need any more housing, they don't want more people (not in my backyard – it' been invented in UK) but they do, they need places for young people and for poor people to have the possibility to live in work in this areas and so their now been forced to develop plans so, and to release land for development. If you like a politic aspect of the new government to try and address the tendency that we all have; we're all conservative of the small sea, when it comes to the new incinerator being near our house or the new roadways been place near our house; the new tremroot . We tend to be against these things and it's how the community can begin to be proactive in accepting these type of improvement and at the same time minimizing damage to those people who might lose out. That's the key thing about built consensus; if you recognize early,

who going to be the losers and start to treat with them, then you have a chance of getting the head; if you ignore them, then they become very effective, then club together and they can fight some effective ways, and they actually better to support them, than we are trying engage to the thing in the first place. But you can see here a number of things being putting to support mutual, one of the things my university has been dealing with is the community launtres, community banks, so the community can be more effective engage thinking Britain we lot went further way from cooperation invented in the UK we've come further way that we have in Portugal. My knowledge of cooperation in the agriculture industry, in your country for example is very positive and in Britain it's died away completely more less, and is starting up again now as consequence on the type of issues that I'm talking about. And so, there are tools, and this is one of the tools that work links with the ensure development and SURegen project and again is about transport planning and so the people can be consulted about changes in the transport system in that area. So, I'll stop in that point I said at the start: How do we know, where do we be Successful? I think case studies are seeing steel as an effective means but to support case studies we need good knowledge management that places the knowledge in a way that's accessible to everybody, and that we can use that knowledge in the future to enable us to do more informed decision making, when we doing the next regeneration project; because one of the key things, that happens is the time scale projects is so long that is very unusual for a professional like us to get more than two major projects in our working lives, possibly three, the result is José (he got three); so, I think this factor that we can't rely on a traditional understanding a professional expertise been developed to be relevant in the future project, because so long since it was first achieve is another factor as well, as a barrier to successful regeneration and making good assessments. Therefore, I would like to thank my presence here, as well as all stakeholders to my research and work!





Ficha Técnica

Título	Atas do 1.º Seminário Internacional sobre Regeneração Urbana
Sub-título	Quinta da Mina e Cidade Sol - Cidade para todos, como Caso de estudo
Organização	Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design
Coordenação	Rodrigo Reis Ollero das Neves
Capa	António Faisca e Joana Leitão
Fotocomposição	António Faisca e Joana Leitão

